ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 27 DE JUNHO DE 2014

----- No dia vinte e sete do mês de junho do ano de dois mil e catorze reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pela primeira secretária Maria Lurdes de Castro em substituição do presidente da Assembleia e secretariada pelo Mário Sérgio Cunha e José Bernardino Nogueira com a seguinte ordem de trabalhos:----------
----- 1 - Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; ----------
----- 2 - Ratificação da deliberação de concessão de apoio financeiro às Juntas de Freguesia tomada pelo Executivo Municipal na reunião ordinária do dia 19/05/2014;----------
----- 3 - Primeira revisão ao orçamento da receita, da despesa e plano plurianual de investimentos de 2014; ----------
----- 4 - Aprovação da minuta dos acordos de execução para obras e melhoramentos na rede viária e espaços públicos - Delegação de competências nas Juntas de Freguesias; ----------
----- 5 - Associação de Municípios do Vale do Sousa - Alteração do critério de imputação da dívida total; ----------
----- 6 - Assunção de compromissos plurianuais - Aquisição de serviços para transporte de crianças/jovens com NEE - Necessidades Educativas Especiais; ----------
----- 7 - Assunção de compromissos plurianuais – Acordo de licenciamento Microsoft Enterprise Agreement (EA). ----------
---

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: Sandra Maria Ferreira Teixeira em substituição de Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, Joaquim Almeida Santos, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Pedro Teixeira Mendes em substituição de Fátima Marisa da Silva Pereira, João Carlos Pinto Correia, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Ricardo Filipe de Moura Ribeiro em substituição de Sónia Cristina Lourenço Ribeiro, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Manuel Campos Sousa Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Cidália de Lurdes Pereira Neto, Diana Júlia Regadas, António Filipe Cardoso Barbosa, José Bernardino Pinto Nogueira, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de José Manuel Teixeira

Gonçalves, António Esteves, Ana Sofia Martins Bessa, Adão António Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Abílio Moreira dos Santos, representante legal de Carlos Pedro Teixeira Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Adrião Paulo de Sousa Mendes, presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, presidente da Junta de Freguesia de Torno, António Fernando Morais da Silva, presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, Dora Manuela da Rocha Santos representante legal de Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, António Maximiano Dias Nunes Teixeira presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga e Maria de Lurdes Oliveira e Castro, num total de trinta e um membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara Pedro Machado, que deu entrada nesta Assembleia posteriormente e os senhores vereadores: Manuel António Nunes, Agostinho Gaspar Ribeiro, Cristina Moreira, Carlos Manuel Soares Nunes em substituição de Maria Cândida Novais e António Augusto Silva. ----------

---

---------- A Presidente da Mesa declarou aberta a sessão ----------

---

---------- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

----- A presidente da Mesa começou por informar - António de Sousa Meireles Substitui o vereador Leonel Vieira e Carlos Manuel Soares Nunes substitui a vereadora Maria Cândida Novais. Comunicou ainda que Sandra Maria Ferreira Teixeira substitui o membro Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, que comunicou uma ausência por quatro dias, Pedro Teixeira Mendes substitui o membro Fátima Marisa da Silva Pereira, que comunicou uma ausência por trinta dias dado que o membro imediatamente a seguir na ordem da lista Ana Rita Costa Neto não estava disponível, Ricardo Filipe de Moura Ribeiro substitui o membro Sónia Cristina Lourenço Ribeiro que comunicou uma ausência por trinta dias, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto substitui o membro José Manuel Teixeira Gonçalves que comunicou uma ausência por trinta dias. Dora Manuela Moreira da Rocha Santos, representante legal do senhor

presidente da Junta da Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, Eduardo Augusto Vilar Barbosa e Abílio da Cunha Moreira dos Santos, representante legal do senhor presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Carlos Pedro Teixeira Moreira.----------
---

----- De seguido foi posta à discussão a ata da sessão ordinária do dia trinta de abril de dois mil e catorze. ----------
---

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se à votação da ata da sessão de trinta de abril de dois mil e catorze, que foi aprovada por vinte e nove votos a favor e duas abstenções dos seguinte membros: António Filipe Cardoso Barbosa e Ana Sofia Martins de Bessa. ----------
---

----- Eram vinte e uma horas e trinta e seis minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Eduardo António Sousa e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida) ----------
---

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais ----------
---

----- Eram vinte e uma horas e trinta e oito minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda ----------
---

----- Intervenção da Srª. Cidália Neto do Grupo Municipal "Lousada Viva" - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssima senhora presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos senhores vereadores, senhores deputados, público aqui presente e comunicação social. Esta minha intervenção, hoje, destina-se a fazer eco daquilo que é uma preocupação de muitos pais e encarregados de educação dos alunos do pré-escolar do nosso concelho. Têm vindo ter comigo, fazendo eco dos moldes em que se realiza o prolongamento escolar do ensino pré-escolar. Como vocês sabem o ensino pré-escolar com as educadoras termina às quinze e trinta. Após esse período, não sei se sabem em que consiste o prolongamento, o prolongamento consiste em fechar os alunos dentro de uma sala no limite até às seis e meia e a única atividade de relevo que farão é ver televisão. Os pais entendem que poderiam ser realizadas outras atividades, atividades que ajudassem ao desenvolvimento integral dos alunos, ao seu desenvolvimento intelectual, social e afetivo. E portanto

quero aqui fazer eco dessa preocupação, porque penso que é possível repensar os moldes em que se realiza o prolongamento do ensino pré-escolar. No nosso concelho temos muitos jovens formados em animação sociocultural, muitos jovens que podem desempenhar funções nessa área com as crianças, ainda que seja duas ou três vezes por semana. Penso que seria profícuo este tipo de trabalho. Além disso agora que a Câmara contratou mais uma empresa de assessoria, nomeadamente nesta área da educação, certamente que não faltarão ideias para desenvolver outro tipo de trabalho com os alunos.» ----------

---

----- Intervenção do Sr. João Carvalho do Grupo Municipal "Lousada Viva" - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssima senhora presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, excelentíssima senhora vice-presidente da Câmara em substituição, restantes vereadores, caros colegas municipais e estimado público. Senhora vice-presidente, gostaríamos apenas de perguntar se o projeto do posto de turismo corresponde efetivamente àquilo que estava planeado no início? E se o custo associado a esta mesma obra correspondeu ao que estava previsto inicialmente?» ----------

---

----- Intervenção do Sr. Pedro Teixeira Mendes do Grupo Municipal "Lousada Viva" - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssima senhora presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, excelentíssima senhora presidente da Câmara em exercício e demais vereadores, excelentíssimos membros da Assembleia Municipal e estimado público. Venho aqui hoje na qualidade de representante de uma das juventudes partidárias que integram a coligação "Lousada Viva" e falar de uma questão que se encontrava no nosso plano autárquico de juventude e que é de fundamental importância para a coligação "Lousada Viva", que é o Conselho Municipal de Juventude. A grande questão que se coloca sobre este assunto é, por que razão o senhor presidente da Câmara e a senhora vereadora responsável pela pasta ainda não criaram este órgão consultivo do executivo camarário? Para uma Câmara Municipal que adora laurear o concelho de Lousada com o título de "Capital de Juventude". Que adora referir que somos dos concelhos mais jovens da União Europeia. E que adora designar e bem, a meu ver, os jovens como seu maior ativo. Pergunto então, por que razão se recusa a convocar e a criar o órgão que dá mais voz, e é o órgão que dá, a voz máxima aos jovens dentro de um município. Não podemos certamente ignorar, e é verdade, e a coligação "Lousada Viva" não ignora, que a Câmara Municipal, na minha perspetiva correntemente e

penso que nos meus colegas de coligação também, criou outros conselhos, o Conselho Jovem Estudante. Criou outras iniciativas como o orçamento participativo jovem, contudo não podem afirmar que estas iniciativas substituem na íntegra o papel do Conselho Municipal da Juventude, no máximo estas iniciativas deviam orbitar em torno deste órgão, complementando a sua atividade e dando voz aos jovens lousadenses. Na minha perspetiva e certamente na perspetiva dos demais membros da Assembleia Municipal da coligação "Lousada Viva", vinte e cinco mil euros não substituem a discussão da totalidade do orçamento e da totalidade das medidas para a juventude neste órgão de vital importância. E aliás, se os senhores recorrerem à história, uma das primeiras Câmaras a criar este órgão foi a Câmara Municipal de Lisboa, em mil novecentos e noventa e um, sob a liderança de um ex-líder do Partido Socialista, Jorge Sampaio. Por isso a história dá de certa forma a relevância àquilo que é uma ação e uma iniciativa, que reconheço, que foi de um dos líderes históricos do Partido Socialista, como tal, a Câmara Municipal de Lousada poderia seguir. Este órgão daria voz às diversas associações jovens existentes no concelho, daria voz às associações de estudantes existentes no concelho e daria voz às juventudes partidárias, dos partidos com assento na Assembleia Municipal, neste caso a Juventude Socialista, a Juventude Social-democrata e a Juventude Popular. Como justificação o Partido Socialista escusa de vir aqui argumentar, como por vezes é recorrente, que existem outras Câmaras na região e no país que não têm o mesmo nível de representação que Lousada tem, ou que inclusive, não fazem as mesmas iniciativas. Pois olhar para aqueles que estão piores que nós, é a justificação dos fracos, e permitam-me a expressão, dos incompetentes. Para a coligação "Lousada Viva" o que interessa são apenas os lousadenses e quando olhamos como referência para outras Câmaras, olhamos para as Câmaras que fazem melhor que nós, e neste aspeto existem muitas neste país que eu posso citar: começando pela Câmara Municipal do Porto que sob a tutela da coligação PSD-CDS de Rui Rio convocou este órgão. Perante isto tudo e todas estas evidências só me resta concluir uma coisa, o Partido Socialista, o senhor presidente da Câmara e a senhora vereadora têm medo de convocar este órgão. Têm medo de discutir diretamente com os jovens com mais de dez anos, têm medo de convocar este órgão porque sabem que as associações jovens, as associações de estudantes vão dar a razão aquilo que as juventudes da coligação "Lousada Viva" têm afirmado nos últimos anos. O Partido Socialista tem medo que se perceba que não tem políticas de juventude concretas para além das políticas de juventude feitas para a comunicação social ver. Contudo eu deixo aqui uma

oportunidade ao executivo camarário liderado por Pedro Machado para dar a mão à palmatoria e para convocar este órgão. Deixo aqui um desafio, senhor presidente da Câmara, senhora vereadora comprometem-se, perante a Assembleia Municipal, em iniciar as diligências necessárias para que até ao final do ano o processo de convocação do Conselho Municipal de Juventude esteja em curso. E na minha perspetiva e certamente na perspetiva da coligação "Lousada Viva" só existem duas opções, ou aceita e reconhece a importância deste órgão, reconhece a importância do papel dos jovens no concelho de Lousada e está à altura dos desafios de governação, ou então recusa e mostra claramente perante o povo lousadense que tem medo de ouvir os mesmos jovens que afirma defender. Por isso eu volto a repetir, senhor presidente e senhora vereadora aceitam comprometerem-se perante o órgão máximo lousadense a Assembleia Municipal, a iniciarem as diligências necessárias para que até ao final do ano, o processo de convocação do Conselho Municipal de Juventude esteja em curso?» ----------

---

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor deputado, em primeiro lugar vir aqui chamar os outros de incompetentes, fica-lhe mal. Em segundo lugar os Conselhos Municipais da Juventude e a forma como eles foram criados, foi uma tentativa para não dar voz aos jovens nas Assembleias Municipais, que são órgãos deliberativos e não meramente consultivos. Um órgão consultivo consulta a juventude, tira as suas ideias, depois cumpre ou não aquilo que lhe é sugerido. Enquanto que uma Assembleia Municipal, e tal como aqui vemos, muitos jovens, tanto de um lado como de outro e ainda bem, as questões são debatidas, e tal como o senhor veio aqui falar, aqui vê a prova de que os jovens têm interferência nas decisões do município. Você veio cá a seguir vim eu, que ainda me considero também jovem, depois de certeza que virão outros colegas. Portanto, eu sinceramente e isto é a minha opinião pessoal, os Conselhos Municipais de Juventude são uma desculpa para não incluir os jovens nas listas dos partidos. Agora tanto aqui a coligação como o partido socialista já tomaram desde há largos anos essas medidas, criaram condições para que os jovens possam ter uma palavra num órgão deliberativo e não consultivo. Portanto para mim essa é uma questão fundamental. Quanto ao orçamento participativo jovem, não me admiro de se queixarem que é sempre pouco dinheiro, se dessemos trinta milhões é sempre pouco dinheiro para tudo isso. Mas já que querem comparar, eu sugeria que consultassem outros orçamentos participativos jovens de municípios de média dimensão, que é isso que se trata e via-se

qual é o máximo de valor colocado para este tipo de iniciativas. Portanto irá ver que muitos deles ficam na ordem dos cinco mil euros, dos dez mil euros, outros vinte e cinco mil euros. Portanto a iniciativa do Dr. Pedro Machado, neste caso de dar vinte e cinco mil euros, numa perspetiva até inicial para vermos como decorre esta iniciativa, sem nunca descorar o futuro e o possível alargamento não é de todo insignificativa. Posteriormente quando afirma, e isto desculpe-me porque é os dados objetivos, que nós temos, que os jovens estão do lado da coligação, eu já ouço esta conversa há largos anos e o resultado que eu vi foi a vinte e nove de setembro, os jovens e toda a população lousadense dar novamente um voto de confiança ao Partido Socialista. Isso é que são os factos e isso não merece qualquer discussão.» ----------

---

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e oito minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: António Carlos da Cunha Pacheco ------

---

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor deputado, eu quero-lhe dizer outra coisa, o senhor deputado, às vezes, não fale do que não sabe. Olhe se perguntar ao Simão ele lembra-se também como eu, a proposta para os conselhos consultivos da juventude nas autarquias foi uma proposta da JS e que foi apoiada, subterfugiamente pela JSD e que nasceu no tempo do Pedro Nunes Santos, eu conheço bem a lei e conheço o porquê. E sempre, apesar de defender que ele deve ser implementado em Lousada, sempre tive a mesma opinião que o Nelson. É mais importante os jovens estarem aqui no meio do centro da tomada de decisão do que propriamente num conselho consultivo, cuja palavra se calhar muitas vezes não tem tanto eco como tem a nossa palavra aqui. Se quer propostas e que os jovens em Lousada deem propostas, há tantas formas de o fazer, formas já instituídas, que não percebo qual é o motivo e qual é a razão, que não seja dar *show off* no meio de um conselho consultivo, para apresentar proposta ao município e aos cidadãos. Olhe a juventude popular pode apresentar propostas aos cidadãos como a JSD e a juventude socialista o fazem. As associações de estudantes que nem sequer estão regularmente constituídas em termos de direito, pelo menos as associações de estudante que conheço no concelho, podem participar, nós temos associações jovens, e de per si pelos seus associados, pela voz das suas assembleias e pela voz das suas direções podem apresentar propostas aos municípios. Agora se não o fazem dessa forma por que motivo o irão fazer no conselho consultivo? É diferente, por que as vai vincular de uma outra maneira? Porque têm mais força dessa maneira? Tenho sérias dúvidas

que isso viesse a funcionar. Eu sinceramente defendo que se deve criar cá um Conselho Consultivo da Juventude e deixo mesmo a proposta. Agora, no fim do dia, eu só espero que isso não determine a perda de influência dos jovens e da participação dos jovens nesta Assembleia Municipal, por conta e por troca com esse conselho consultivo. Eu vou-lhe dar um exemplo muito claro, onde é que está aqui o último presidente da JSD nesta Assembleia Municipal. Não o vejo.» ----------

---

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal "Lousada Viva" - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssima presidente da Mesa em substituição, restantes membros, excelentíssimo presidente da Câmara, excelentíssimos vereadores, caros membros desta assembleia. Eu com alguma honestidade não consigo perceber qual é a relação que existe entre existir um Conselho Municipal de Juventude e a falta de representação ou participação dos jovens na Assembleia Municipal. Eu estou aqui a tentar perceber o que é que uma coisa implica a outra mas não consigo chegar lá, sinceramente. Mas depois podem-me tentar explicar porque é que os municípios que têm Conselhos Municipais de Juventude continuam a ter muitos jovens a participar ativamente na vida política e na Assembleia Municipal. Depois há uma outra questão que é, não existe participação sem lugares efetivos de participação. É preciso formalizar espaços de participação. Os jovens para participarem ativamente e para se reunirem enquanto associações juvenis, enquanto grupos de jovens formais ou informais, enquanto juventudes partidárias, para se sentarem todos à mesma mesa e discutirem políticas de juventude tem de existir um espaço e esse espaço é o Conselho Municipal de Juventude. Mas tudo isto seria muito interessante e toda a esta discussão seria muito interessante e estaria na base da retórica ou de simbólico se não existisse uma lei que é a Lei seis dois mil e doze, entre outras coisas, no artigo sete: "compete aos conselhos municipais de juventude pronunciar-se, emitir parecer obrigatório, não vinculativo sobre muitas matérias. Linhas de orientação da política municipal para a juventude constantes do plano anual de atividades. Orçamento municipal no que respeita às dotações afetas ás políticas de juventude e às políticas sectoriais com aquelas conexas. Compete aos conselhos municipais de juventude emitir parecer obrigatório não vinculativo sobre projetos e regulamentos e posturas municipais que versem sobre matérias que digam respeito às políticas municipais de juventude" E podia-me alongar por aqui adiante, mas é importante referir que há no artigo vinte e sete o regime transitório que diz o seguinte: "os municípios que até à data de entrada em vigor da presente lei, que não se

encontrem dotados de um concelho municipal de juventude devem proceder à sua instituição nos termos da presente lei, no prazo máximo de seis meses". A lei é de dez de fevereiro de dois mil e doze, já estão decorridos mais de dois anos. Eu compreendo que seja muito mais interessante desenvolver políticas de juventude e serem apenas uns que se julgam iluminados, andarem a apresentá-las, sem as debaterem publicamente num órgão que está consagrado na lei. Onde todas as outras pessoas deveriam estar sentadas, deveriam opinar, deviam construir políticas de juventude para todo o concelho, para representarem todos os jovens, onde estão as juventudes partidárias com assento nesta Assembleia, onde estão as associações de estudantes do ensino básico e do ensino secundário, onde estão a as associações juvenis legalmente constituídas, onde até podem sentar-se outras pessoas. Se me disserem que aquilo que andam a fazer não se enquadra aqui e não deveria ser feito aqui, num âmbito mais alargado, muito mais representativo e não neste âmbito muito fechado de, e disserem que alguém quer brilhar, mas o que parece é que nós temos aqui um âmbito de *one man show* em que anda sempre alguém a apresentar tudo como se fosse a mente brilhante do concelho e a única pessoa que percebe de politicas de juventude, porque verdadeiramente não querem sentar os outros membros a discutir políticas de juventude. Se não acham que se enquadra aqui no cumprimento da lei, eu não sei o que é que se passa.» ----------

---

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu só conheço um senhor chamado Meireles que fala de política de juventude, então no *facebook*, valha-me Deus. Olhe deixe-me dizer-lhe uma coisa, se não sabe a diferença entre um órgão consultivo e um órgão deliberativo não sei o que é que está cá a fazer. Essa é a primeira e depois pareceres obrigatórios não vinculativos até eu os dou se você quiser, percebe. Se você não percebe a diferença entre um órgão deliberativo e um órgão consultivo, nós explicamos, mas como lhe disse, nós não estamos manifestamente contra isto, bem pelo contrário, nós apoiamos e desde sempre o dissemos, apoiamos a criação dessa estrutura e desse conselho consultivo, a questão aqui é diferente. Essa lei, se o senhor deputado não sabe eu digo-lhe, essa lei é considerada por muitos um fiasco. Quer que eu lhe diga porquê? Porque os pareceres emitidos por essa comissão deviam ser vinculativos em alguns temas. Nós devíamos ir mais além do que está aí. E isso não funciona, sabe porquê? Porque na maior parte dos concelhos onde foram instruídos os Conselhos Municipais de Juventude, a juventude cansou-se de andar a emitir pareceres que não eram

aceites por ninguém. O problema é esse, os Conselhos Municipais de Juventude perderam-se, os jovens deixaram de ir lá. E sabe porquê? O senhor deputado diz: "é preciso criar plataformas onde estejam representados todos os movimentos de cidadãos". Mas eu preciso de me organizar, precisamos de ter aqui uma plataforma de movimentos de cidadãos? Que plataforma nacional é que existe de movimentos de cidadãos? O senhor deputado é que disse, eu não estou a meter nenhumas palavras que não tivesse dito. O senhor deputado é que disse: "as plataformas têm que se reunir, têm que ter um ponto de encontro". Então os movimentos dos cidadãos têm de criar uma assembleia do cidadão ou uma coisa do género. O senhor deputado chega aqui e parece que todos nós somos burros e o senhor deputado é esperto acordou agora para a vida. Portanto as coisas não funcionam porque têm motivos para não funcionar. A lei foi mal feita e como eu digo e já disse muitas vezes essa lei deveria ir além daquilo que foi, é considerada um fiasco. E no entanto continuo a dizer e a defender, sim senhor, concordo com a proposta do senhor deputado, já aqui foi dito e poderá ir ver atas de sessões anteriores e de anos anteriores, porque já anteriormente aqui foi falado nos conselhos municipais da juventude. Aliás, eu posso dizer isto porque a JS em dois mil e oito já estava a falar disto e falou desta proposta ao Dr. Jorge e na altura percebemos as reticências que existiam e hoje em dia continuamos a perceber isso. Como é óbvio a juventude socialista, se existir o Conselho Municipal da Juventude participará ainda mais ativamente, do que aquilo que eventualmente tenha participado em Conselhos Municipais de Juventude, porque nós nunca participamos. Agora isso não nos impede de continuarmos a dar as nossas contribuições, nomeadamente aqui na Assembleia Municipal, onde graças a Deus temos pelo menos três membros.» ----------

---

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Só para dar uma informação, a seguir ao 25 de Abril, além dos órgãos executivos foi criado o órgão deliberativo, a Assembleia Municipal e nas freguesias, a Assembleia de Freguesia. E foi criado a nível concelhio o conselho municipal com poderes consultivos. Passados poucos anos esses conselhos desapareceram, foram retirados da lei, porquê? Porque de facto não existiam na prática, as pessoas não se mobilizavam apenas porque tinham poder consultivo e não deliberativo. Apesar disso eu pessoalmente não me oponho a que seja criado de facto o conselho consultivo. Mas não percebo porque é que as pessoas não tomaram já iniciativas para o fazer, não tem que ser a Câmara a fazê-lo. Na prática a juventude pode ter essa

iniciativa.» ----------

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Houve aqui duas questões que eu não ouvi mas pelas notas que tenho aqui terá sido a deputada Dr.ª Cidália que terá questionado porque é que o prolongamento do horário do pré-escolar não tem outro formato uma vez que, grosso modo, os meninos veem TV e pouco mais. A informação que eu tenho é que não é isso que acontece por regra, o que não quer dizer que não possam ver televisão, também é importante e também veem televisão em casa seguramente para descontrair. Há um leque diversificado de atividades que são desenvolvidas nas escolas no âmbito de prolongamento de horário onde naturalmente se incluirá a questão da televisão. Mas ia pedir aqui ao senhor vereador da educação para se entender acrescentar alguma coisa.» ----------
---
----- Resposta do Sr. vereador da Educação: «Eu por momentos fiquei com a esperança que, quando ouvi falar de encarregados de educação e de pais fiquei com a esperança que o grupo parlamentar da coligação "Lousada Viva" se associasse à Câmara Municipal e aos encarregados de algumas freguesias que têm manifestado o seu descontentamento com o encerramento de escolas. E de momento, fiquei a pensar que vocês se iriam associar neste protesto que nós temos feito contra o encerramento de escolas. Uma imposição da DGeste e do governo, cujo despacho foi publicado recentemente. Foi uma pena mas de qualquer forma fica aqui o registo. Eu subscrevo aquilo que o senhor presidente disse, na realidade eles veem televisão com certeza, alguns até dormem, naquele horário ao fim da tarde, outros fazem jogos. Eu acho que é um pouco injusto para os profissionais que trabalham com os miúdos ao fim da tarde, é um pouco injusto a observação. Se é possível melhorar, com certeza que sim. Se é possível colocar um animador socio educativo junto de cada miúdo, com certeza que sim, logo que haja recursos que possam ser alocados a esse fim. Sabemos nós que os recursos são escassos e portanto têm que ser usados com alguma parcimónia.» ----------
---
----- Eram vinte e duas horas e onze minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira ----------
---
----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara (continuação): «De facto o cerne da questão é este, saberão também quanto nós que não vivemos tempos fáceis. Os imprevistos são cada vez maiores, os cortes são cada vez

maiores, durante esta Assembleia havemos de falar sobre isso. Por isso é que é muito difícil nós melhorarmos a oferta que temos. E por isso eu já o disse aqui nesta Assembleia e repito, o grande desafio dos municípios portugueses é manter a qualidade de serviço a que os seus munícipes estão habituados, não vivemos em tempos fáceis, houvesse condições para nós contratarmos, por exemplo os animadores socioculturais. E há muitos no concelho, infelizmente no desemprego, e seria certamente muito útil, mas é sempre o grande problema da falta de meios. Depois o deputado João Carvalho terá questionado, se o projeto do posto de turismo foi respeitado e se o valor da obra terá sido também respeitado. O projeto julgo que teve apenas uma pequena alteração nas cores. É o mesmo projeto e naturalmente o valor também é o mesmo que foi a concurso. Depois relativamente à intervenção do Pedro Mendes. Pedro, tenho empatia por si, embora não o conheça, conheço a família por quem tenho enorme consideração. Conheço o seu trajeto, portanto faço-lhe um pedido "não se estrague". Porque acredito no seu valor, nas suas potencialidades e por isso queria-lhe dizer olhos nos olhos, que nós não temos medo de nada, nem de ninguém, porque dormimos tranquilamente com a plena convicção de que fazemos tudo o que está ao nosso alcance para melhorar a qualidade de vida deste concelho. E não temos medo do confronto. Aliás é uma das marcas deste mandato, a abertura ao exterior, a abertura à população. Aqui já foram referenciadas algumas medidas que nós levamos a cabo, nesse propósito, como por exemplo, o orçamento participativo que nós entendemos que devia ser um orçamento participativo jovem. E porquê? Por que é uma iniciativa, como disse e bem que já tem alguns anos, foi iniciada em Lisboa mas também tem sido mal sucedida em muitos locais. E tem sido mal sucedido porque as pessoas não têm aderido conforme os municípios gostariam que aderissem. E por isso nós entendemos que ele deveria ser dedicado à juventude por causa da sua irreverência, porque os jovens, regra geral são muito mais pró-ativos, têm muito mais energia e por isso mesmo é que nós achamos que seria muito mais profícuo que este orçamento participativo fosse dedicado à juventude. É evidente que podemos sempre discutir os vinte e cinco mil euros, se é pouco, se é muito. É um valor, para um primeiro ano acho que é bom. Vamos ver o resultado desta experiência, porque não deixa de ser uma experiência, sendo a primeira vez. E em função do resultado dessa experiencia, seguramente que estamos abertos a melhorar este projeto. Depois queria-lhe dar nota também de que há pouco tempo, ainda este mês fizemos uma iniciativa diferente, pela primeira vez, em que foi solicitado a todas as escolas do primeiro ciclo que escolhessem um aluno que representava a sua escola e que viesse aqui propor as suas

ideias, as suas sugestões, expor as suas críticas, uma iniciativa a que nós chamamos "pequenos deputados grandes ideias" e que pelo *feed back* que tivemos, logo no dia e depois ao longo do tempo foi uma experiência muito positiva e que foi do agrado dos próprios alunos e alunas, dos professores e dos pais que estiveram aqui presentes. Outra iniciativa, que hoje foi dedicado a esse objetivo, as presidências abertas. Em que de quinze em quinze dias, dedico a sexta e o sábado à visita a cada uma das freguesias. Se este tipo de iniciativas é de quem se quer meter em quatro paredes com medo de ouvir as pessoas, não percebo sinceramente. Não temos receio nenhum, pelo contrário acho que é a ouvir as pessoas que nós podemos melhorar o nosso desempenho. Seguramente que estamos sempre abertos a fazê-lo a reforçar essa atitude. Quanto à questão em concreto do Conselho Municipal da Juventude. Eu concordo com o que foi dito aqui, porque há essas experiências também noutros concelhos, de que as coisas não resultam porque, depois os jovens sentem-se defraudados. Afinal andaram a gastar o seu tempo para nada, porque depois as suas opiniões, as suas sugestões de nada servem e portanto acabam por desmobilizar. E o que eu acho que no fundo vai ser um espaço que vai servir apenas para as juventudes partidárias se gladiarem. E como disse aqui alguém, o sítio certo para isso é aqui, e ainda bem que as forças partidárias aqui em Lousada têm sabido dar voz aos jovens, uma voz importante que é na principal instituição deste concelho. De qualquer modo não vejo problema nenhum de criar este órgão, mas para ser muito franco não acredito no mérito desta proposta, desta obrigação legal aliás, é certo a lei prevê, mas também não prevê consequências, mas de qualquer modo eu como sou um cidadão respeitador e cumpridor da lei seguramente que vamos criar este órgão. Não me vou sujeitar ao seu ultimato e não lhe vou dizer se vai ser até ao final deste não do próximo ou quando é que vai ser. Vamos criá-lo seguramente, mas com esta reserva mental de não acreditar que seja de facto fundamental para os jovens, uma vez que a minha convicção é que não vai passar de um debate para as forças partidárias. De qualquer modo há muitas outras iniciativas que nós temos dedicado à juventude, aquela crítica que fez é injusta e demasiado redutora. No fundo há uma outra pessoa que fala de cátedra sobre questões de juventude e que apresenta as receitas prontinhas para quem as quiser comer e não é verdade. Tem havido um esforço grande de criar fóruns de discussão com a juventude, o Conselho Jovem Estudante é um desses exemplos. Por isso ia pedir à senhora vereadora com o pelouro da juventude para que de uma forma breve possa também acrescentar aqui alguma coisa sobre esta matéria.» ----
---

----- Eram vinte e duas horas e dezassete minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais ----------
---

----- Resposta da Srª Vereadora do Pelouro da Juventude: «Cumprimento o Pedro Mendes que ao contrário do senhor presidente conheço bem. O Pedro Mendes foi um amplo frequentador de um dos nossos fóruns para a juventude durante anos. E que por acaso até foi vencedor durante anos, e os outros jovens quando viram que ele já não tinha idade para participar nas Olimpíadas da Europa, ficaram todos contentes, porque tiveram a possibilidade de então chegar ao primeiro lugar. Por isso devo dizer que o Pedro Mendes é a prova viva de que Lousada tem fóruns que se dedicam em áreas completamente diferentes, neste caso estamos a falar da Europa, mas noutras áreas. E também devo dizer que está em total discordância assim como da bancada "Lousada viva" suponho, do senhor delegado do IPDJ que ainda hoje aqui em Lousada, durante uma hora e meia, falou para cerca de trezentos jovens do nosso concelho e não só, dizendo que revia na autarquia de Lousada uma das Câmaras, se não a Câmara, que mais respostas tinham para a juventude. Por isso entendam-se, há aqui um contrassenso que eu acho que o senhor delegado do IPDJ não ia gostar muito de ouvir o que o Pedro Mendes acabou de referenciar. Mas devo dizer que realmente o Conselho Consultivo da Juventude, assim como o senhor presidente diz, está nas nossas previsões, também comungo da mesma ideia, acho que os jovens não são propriamente muito fieis ao que são obrigados a fazer. Acho que a juventude tem de ser convidada a participar e tem que ser voluntariosa. E por isso acredito mais em alguns órgãos já criados e que têm manifestamente dado sucesso, têm tido aqui um grande papel no concelho nomeadamente, o Conselho Jovem Estudante que reúne já há sete anos a esta parte. Todos os delegados e subdelegados do qual o Pedro também já fez parte, se não estou em erro, pelo menos tive conhecimento, porque pertencia às turmas. Do quinto ao décimo segundo ano, todos com mais de dez anos. Têm três atividades conjuntas, duas reuniões por trimestre na escola e depois no final de cada trimestre têm três atividades. No final do primeiro período, têm sempre uma formação junto com os seus pais, costuma ser no espaço AJE. Nas interrupções da Páscoa têm uma visita de estudo pelo concelho, durante todo um dia, que passam pelo tecido empresarial mais evidente do nosso concelho, onde eles se apercebem de qual é realmente a oferta que neste momento nós temos, e para levar esta mensagem também aos seus colegas. E no final do ano têm sempre um passeio, a um lugar especial, não muito longe para que eles

também se divirtam, é disso que também se trata quando se é jovem, ter assuntos sérios mas também se divertirem um pouco. E por isso estou junto com eles, vou sempre às três atividades e acho que não mostro medo, pelo menos tenho essa perceção. Entretanto também temos em construção o Plano Municipal da Juventude e aí realmente estão todas as associações do nosso concelho, damos um especial destaque às associações juvenis que também têm oportunidade de fazer os seus planos e pedirem orçamentos para algumas atividades. Mas as outras associações que têm jovens incluídos estão neste momento a ultimar este plano municipal que está mesmo em fase terminal. Muitos dos senhores que aqui estão, principalmente os senhores presidentes de Junta fizeram parte, e por isso julgamos que em termos de políticas de juventude, aquilo que é participação ativa que realmente estamos a fazer um bom trabalho. O espaço AJE em relação a tudo o que é solicitado, tem dado realmente resposta, tudo o que é sugerido, nós aceitamos sugestões que vão desde conferências, realização de palestras, exposições, concursos, festivais, até algumas atividades que não são tão bem aceites na nossa população mais adulta, mais ativa, mas que eu tenho feito um esforço muito grande para fazer a vontade aos jovens, daí que até ache que eu própria me vou rejuvenescendo ano após ano, porque realmente com tanta juventude é normal que eu às vezes fale com a apropriação dessa juventude, também têm de me dar esse desconto. Por isso eu julgo que no próximo PDS, que é dois mil e catorze/dois mil e vinte, está essa ação prevista, e que irá possivelmente nascer, naturalmente e eu julgo que com a ajuda do plano municipal e com os sucessivos orçamentos participativos anuais, que este conselho consultivo até pode ser que tenha algum sucesso. Porquê? Porque tem aqui uns alicerces. Quando as coisas nascem só porque são obrigados por lei, sem qualquer tipo de alicerce ou de preparação, às vezes estão condenadas à morte. Por isso a Câmara de Lousada, no meu entender fez e fez muito bem esperar pelo tempo certo, isto é quase como a gravidez, nove meses é o tempo limite, quando se nasce antes é prematuro e quando é prematuro às vezes há complicações. Por isso eu acho que o tempo certo para este conselho consultivo nascer, neste momento a nossa juventude está contente com todas as oportunidades e com todos os fóruns que tem tido.» -

---

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara (continuação): «Já agora aproveito para convidar toda a gente a participar do Festival da Juventude.»

----- De seguida foi apresentada a proposta número sete do seguinte teor: "A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais

propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento da mãe do senhor António Maximiano Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas" ----------
---

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se à votação da proposta número sete que foi aprovada por unanimidade de trinta e seis votos. ----------
---

----- A proposta número oito do seguinte teor: "A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de louvor às equipas de sub-13 e sub-15 de hóquei em campo da Associação de Hóquei de Lousada pela conquista do título de Campeão Nacional" ---------
---

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se à votação da proposta número oito que foi aprovada por unanimidade de trinta e seis votos. ----------
---

----- A proposta número nove do seguinte teor: "A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de louvor a Ricardo Fonseca, Jorge Fonseca e Rafael MF Wafa atletas da Associação de Artes Marciais e Desportos de Combate do Vale do Sousa – Lousada, pelos títulos conquistados no Campeonato Mundial de Artes Marciais que decorreu no mês de abril do corrente ano, no Município de Vagos." ---------
---

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se à votação da proposta número nove que foi aprovada por unanimidade de trinta e seis votos. ----------
---

----- A proposta número dez do seguinte teor: "A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de louvor ao atleta Nuno Gonçalo dos Santos Ribeiro pela conquista do título de Campeão Mundial em Rumble Sparring Escalão II (6 a 8 anos) – 26 a 34 Kg no Campeonato Mundial de Artes Marciais que decorreu no mês de abril do corrente ano, no Município de Vagos" ----------
---

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se à votação da proposta número dez que foi aprovada por unanimidade de trinta e seis votos. ----------
---

----- A proposta número onze do seguinte teor: "A Mesa da Assembleia

Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de louvor à equipa de seniores masculinos de hóquei em campo da Associação de Hóquei de Lousada, pela conquista dos títulos de Campeão Nacional e Campeão da Europa, conquistado no campeonato Eurohockey Club Champions Challenge II- 2014" ----------

---

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se à votação da proposta número onze que foi aprovada por trinta e cinco votos a favor e uma abstenção do seguinte membro: Nelson Ângelo Coelho Oliveira ----------

---

----- A proposta número doze do seguinte teor: "A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de louvor às equipas de sub-13 e sub-18 de hóquei de sala da Associação de Hóquei de Lousada pela conquista do título de Campeão Nacional" ----------

---

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se à votação da proposta número doze que foi aprovada por unanimidade de trinta e seis votos. ----------

---

----- A proposta número treze do seguinte teor: "A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de louvor à equipa de Futsal Sénior Masculina do Centro Cultural e Desportivo da Ordem pela conquista do título de Campeã Distrital da Divisão de Honra" -

---

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se à votação da proposta número treze que foi aprovada por unanimidade de trinta e seis votos. ----------

---

----- E a proposta número catorze do seguinte teor: "A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de louvor ao "Lousada Ténis Atlântico" pela conquista do título de Campeã Regional da Zona Norte Interclubes Feminino" ----------

---

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se à votação da proposta número catorze que foi aprovada por unanimidade de trinta e seis votos. ----------

---

---------- PERÍODO DA ORDEM DO DIA ----------

----- PRIMEIRO PONTO: - Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; ----------

---

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal "Lousada Viva" - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Li com alguma atenção as informações remetidas pelo presidente da Câmara e na verdade, grande parte dos assuntos dizem respeito àquilo que discutimos anteriormente, políticas de juventude. E a verdade é que continuo, e isto acaba por reforçar aquilo que afirmei anteriormente, continuo sem perceber onde está o articulado de tudo isto, de onde é que tudo isto surge, a não ser de um desejo de ter uma *check list*, onde vamos fazendo, muito preocupados em fazer o cumprimento de algumas promessas eleitorais mas ao arrepio da legislação. Há uma coisa que eu já percebi aqui nesta Assembleia, é que quando não cumprimos a legislação, a legislação é sempre muito má. A legislação é para todos, mas depois não cumprimos, então a legislação é má. E a legislação é má, então não cumprimos. Nós é que vivemos muito bem assim e somos assim. E depois é interessante esta questão porque verdadeiramente o insucesso dos outros não significa que outros e nós próprios não tenhamos sucesso. Eu visito escolas onde as médias a matemática no exame do quarto ano são de nível um e visito escolas onde a média é de quase cinco. O que é que o insucesso dos que tiraram um implica com o sucesso dos outros? Por que é que nós não podemos ter sucesso aqui? E depois se lerem o articulado há aqui uma questão que é muito importante, já perceberam quem é que preside a isto, o presidente da Câmara. Transformar as decisões consultivas em vinculativas é uma decisão do executivo, aceitar ou não aceitar é uma decisão do executivo. Ouvir os jovens a propor as suas ideias, sentá-los à mesa é uma decisão do executivo. Se outros não aceitaram não significa que nós não possamos aceitar, além disso, é muito importante que se afirme que nós em momento algum dissemos que não havia atividades de juventude. Mal seria se não houvesse atividades de juventude. Há atividades de juventude, claro que há, muitas, algumas, mal seria. Agora, a verdade é que elas não estão coordenadas no órgão onde deveriam estar e parece que não querem que isso aconteça. Porque vivemos muito bem com isso. Depois há uma outra questão que vem a propósito da intervenção do João Carvalho. E eu sobre isto começo por dizer que vou falar a título pessoal, o que vou dizer não vincula a coligação porque é a minha opinião pessoal e não debati isto com ninguém. Mas com honestidade eu julguei que a obra estava por acabar.

Passo lá todos os dias, moro lá ao lado e quando vi aquilo a começar a ser ocupado pensei verdadeiramente que a obra estava por acabar. Pensei que a loja interativa de turismo não estava concluída. Podem ter alterado só a cor no projeto mas olhem que verdadeiramente a cor deveria ser algo significativo, deveria alterar verdadeiramente aquilo. Porque eu olho para aquilo e não acho que seja apelativo, mas é a minha opinião. Aliás se quiserem que cite um exemplo eu acho muito mais apelativa a paragem de autocarros de Penafiel, que a loja interativa do concelho de Lousada, do turismo. Mas e se verdadeiramente queriam apostar no turismo, podiam seguir o exemplo do colega de Baião do Partido Socialista, que criou uma loja de turismo na Rua das Flores, no Porto, porque verdadeiramente lá vão os turistas e chama as pessoas para o concelho, isso sim é uma loja de turismo apelativa onde as pessoas passam, é a minha opinião. Se a obra está concluída e o projeto era aquele e a única coisa que foi alterada foi a cor, considero que não justifica o investimento que lá foi feito. Reforço que é a minha opinião pessoal. Por isso quando quiserem vir aqui bater em alguém é em mim não é na coligação.» ----------

---

----- Intervenção da Srª. Cidália Neto do Grupo Municipal "Lousada Viva" - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Eu Julgo que há bocadinho foi o senhor presidente da Câmara que falou relativamente às auxiliares que faziam um bom trabalho com os alunos. Eu nunca disse o contrário, quero reforçar que realmente as auxiliares são excelentes, o trabalho que fazem com os alunos do pré-escolar é excelente, pena é que não cheguem para as encomendas, como se costuma dizer. Depois relativamente ao argumento de que não há dinheiro, ora esse também vem sendo o argumento que serve para tudo, mas também quero lembrar ao senhor presidente que o serviço de prolongamento do pré-escolar é pago, obviamente que não é pago pelos alunos que usufruem de subsídio escolar, é óbvio, mas por uma parte dos alunos é pago. No entanto também quero dizer que se as políticas direcionadas à infância não são uma prioridade num país onde as taxas de natalidade, a cada ano que passa, batem cada vez mais no fundo. Se não são uma prioridade, bem não sei o que é prioridade. Depois relativamente ao que afirmou o senhor vereador da educação, que eu respeito muito e ele sabe disso, com todo o respeito acho que relativamente ao ensino pré-escolar, estes meses ainda não lhe permitiram ter um conhecimento profundo daquilo que se passa no concelho, porque de facto, é minha opinião e é a opinião de muitas pessoas que de facto poder-se-ia fazer melhor nessa área.» ----------

---

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu vou ser breve relativamente à intervenção do senhor deputado Filipe Barbosa, se reparou na Rua das Flores ter lá alguma loja com artigos relativos a Baião, podia ter ido à Rua de Cedofeita e via lá uma loja com artigos de Lousada, também podia ter ido ao aeroporto Francisco Sá Carneiro e também lá tem artigos de Lousada, estamos a cumprir também esse desiderato. E estou a ver, e ainda bem, que já causa algum incomodo que nem um ano de mandato esteja cumprido mas já existem uma série de promessas eleitorais já abordadas e cumpridas, já fazendo a sua *check list.* Isto é um reconhecimento do trabalho do Partido Socialista e do Dr. Pedro Machado em poucos meses.» ----------
---

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Só mais duas achegas rápidas. Eu só espero que não venha a dizer que eu sou mais atrativo que a loja de turismo. É a única coisa que eu espero que não venha a dizer, já disse da paragem de autocarro de Penafiel, se disser de mim, eu fico desconfiado. Deixe-me dizer-lhe uma coisa, gostos não se discutem, e se isso é uma opinião pessoal, a minha opinião pessoal é que de facto está muito bem conseguida, e eu não percebo nada de arquitetura. Depois dizer uma coisa, relativamente à questão da juventude eu penso que esse tema já foi abordado, a senhora vereadora já fez o favor de nos esclarecer a todos, até do próprio plano que está a ser gizado, que eu confesso que ainda não li, com muita pena minha. O senhor deputado veio aqui precisamente depois, de nós, de forma unânime, darmos felicitações a jovens lousadenses por conquistas nacionais e europeias, nas mais diversas modalidades. Aquilo que o senhor aqui veio fazer, como é hábito e é usual, é dar-nos o lado negro, o lado das escolas onde a média a matemática é um. E aquilo que nós estivemos aqui a votar e aquilo que nós vemos semanalmente na comunicação social é que Lousada tem jovens com média de cinco a matemática, e quem diz matemática, troca por desporto, educação estávamos há pouco a falar do Pedro Mendes é um exemplo, nos mais diversos trabalhos, a nível internacional. Aquilo que eu vejo senhor deputado é o senhor deputado a vir cá pintar o cenário negro e a dizer que é preciso mais cor. Propostas que veio aqui apresentar hoje, Conselho Municipal da Juventude, quantas vezes é que isso já foi aqui falado? Muitas vezes, novidade zero, proposta zero, está tudo dito. Relativamente à questão do Jardim de Infância. Senhora deputada, eu sou o primeiro a concordar consigo não tenho filhos, ainda mas deixe-me lhe dizer uma coisa, Lousada por via das inaugurações que foram feitas nos últimos anos e da aposta que este município fez nos centros escolares,

Lousada é invejável em termos de educação pré-escolar e eu vou-lhe dizer porquê. Eu conheço concelhos e conheço a realidade de muitas pessoas que nem sequer encontram vagas nos serviços públicos pré-escolares e que pagam mensalmente duzentos e cinquenta, trezentos euros ou mais para ter a suas crianças. E eu não conheço ninguém em Lousada que pague por mês duzentos ou trezentos euros de prolongamento, mesmo sem subsídio. Portanto se calhar, o que nós temos pode não ser o melhor dos mundos possíveis mas se calhar também não é o pior.» ----------

---

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal "Lousada Viva" - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «A primeira coisa que eu gostava de dizer é que o que se espera de um debate é que haja elevação na linguagem e nas expressões. Eu por acaso vivo muito bem com a minha orientação sexual e não tenho por hábito questionar a dos outros. Depois, eu quando falei na Rua das Flores que havia lá uma loja que se chamava "Baião no Porto". Que eu saiba a loja de Cedofeita vende produtos de Lousada mas não se chama "Lousada no Porto". Não é uma loja que lá está colocada pela Câmara Municipal ou para promover o concelho onde passam diariamente milhares de turistas e que se deslocam depois para as periferias para visitar aquilo que há para visitar. Por isso há aqui uma pequena confusão no que foi referido. Relativamente ao facto de pintar cenários negros. Eu não pinto cenários negros, eu nem disse que as notas de um eram em Lousada, eu disse que havia escolas que tinham avaliações de nível um e havia escolas que tinham avaliação de cinco e há escolas de avaliação de um em Lousada que eu sei e há escolas que tem avaliação de cinco. A realidade é esta, isto levar-nos-ia a uma discussão muito grande sobre aquilo que prediz ou não prediz o sucesso, e o senhor vereador sabe muito bem que há estudos que indicam isso, e o contexto é aquele que melhor prediz isso, e nós sabemos que há escolas onde é muito difícil metermos os filhos e há escolas que é muito fácil, de onde toda a gente foge. Mas não é isso que está aqui em discussão sequer, utilizei aquilo como um exemplo. E depois é muito importante que se refira isto, quando nós cumprimos as coisas, nós devemos cumpri-las verdadeiramente. Querem que valorize a assembleia dos pequenos deputados, é um momento importante de participação, sim eu trabalho numa escola, nós fazemos isso há anos, mas essa assembleia deveria ser um processo muito mais articulado que culminaria com uma miniassembleia Municipal, como por exemplo funciona o parlamento dos jovens. Em que viriam cá, estava cá alguém da coligação "Lousada Viva"? Não vieram. Foram convocados? Foram convocados para participar ativamente como

representantes ou aquilo que se procurou fazer foi passar a imagem de que nós não viemos, sabíamos que existia e não viemos. Porque se fosse uma miniassembleia municipal deveria haver ali uma mesa constituída por representantes desta assembleia, membros das diferentes juventudes que aqui estão sentados e que coordenariam os trabalhos como se fosse uma Assembleia. Isso sim é pensar na juventude é envolver todos. Foi isso que foi feito? E eu agradeço verdadeiramente, e isto a título pessoal, agradeço que me convidem para as jornadas da juventude, mas também acho que deveria haver aqui, a propósito daquilo que algumas Juntas foram fazendo, não posso deixar de fazer o comentário. Eu já não tenho idade já não vou votar nas próximas eleições, pela primeira vez, mas desde os dezoito anos nunca faltei a nenhuma eleição, fiz deslocações propositadamente, pertenço a órgãos há muito tempo, se calhar também não ficaria mal que convidassem as pessoas, pelo menos os jovens, eu já não pertenço a essa faixa etária, já fiz trinta há muito tempo, que convidassem os jovens a participar nesse evento de forma mais formal e valorizando então como estão a dizer o trabalho que eles fazem aqui, ou são capazes de me dizer que não vai haver convites para algumas pessoas? Certamente para aquele lado da bancada não haverá, mas para este lado da bancada, não haverá convites? Pergunto, é uma pergunta, respondam só» ----------
---

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Oh senhor deputado, com a devida vénia há de me permitir dizer isto, como é óbvio quando eu estava a falar em mim, estava-me a comparar a “David”, conhece a famosa estátua de “David”, não estava aqui a falar de orientação sexual. Mas deixe-me lhe dizer uma coisa, vai voltar a vir aqui como fez com o 25 de Abril, e como isto se vai repetindo anualmente, em que os senhores têm a síndrome da fragilidade e de serem excluídos de tudo o que são participações e atividades cívicas, abertas ao público de Lousada e a todas as pessoas enquanto cidadãos de Lousada e do país. O senhor deputado é que se está a auto excluir. O senhor deputado sabe tão bem como todas as pessoas que aqui estão quando é que estas atividades se realizam. Não, nós não, a “festas e batizados só vão os convidados”, enquanto ninguém nos convidar nós não vamos e por isso somos vítimas. Senhor deputado chega, o senhor deputado se quiser ir ao festival da juventude, ninguém precisa de o convidar, pode ir. Eu esta tarde fui à escola secundária de Lousada e não foi preciso ser convidado, sabia que havia lá uma conferência, passei lá, sabia que iam estar lá os jovens, passei lá. Ninguém me convidou enquanto deputado municipal, o senhor deputado esteve lá? E é professor. E os outros estiveram lá? Não é preciso

nos andarem a convidar para ir às iniciativas. Eu acho que nós também enquanto deputados municipais, aqui, não estou a falar enquanto grupos municipais, também temos a obrigação e o dever de ir onde estão as pessoas. Estar onde estão os jovens. Se os queremos representar temos de estar com eles e temos de os conhecer e falar com eles. Como muitas pessoas do vosso grupo fazem, vão falar com as pessoas, com os encarregados de educação, com os jovens. Essa síndrome de inferioridade já chega, já basta.» ----------

---

----- Intervenção da Srª. Diana Regadas do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssima senhora presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, excelentíssimos senhores vereadores, deputados, comunicação social e público em geral. Ora bem, passados alguns meses da vitória eleitoral de dois mil e treze, é mais do que evidente o sucesso do executivo liderado pelo Pedro Machado, certamente que este sucesso não é novidade nenhuma para ninguém, uma vez que o povo de Lousada concede repetidamente um voto de confiança aos representantes do Partido Socialista. O povo confia nas capacidades deste executivo, consegue colocar Lousada a crescer e ao mesmo tempo ter uma gestão rigorosa no que se refere às suas contas. Este último facto é irrefutável e foi por diversas vezes comprovado por várias entidades independentes, volto a salientar, independentes. Nas informações que nos são remetidas pelo senhor presidente da Câmara Municipal, observamos algum trabalho que está a ser desenvolvido e que acrescenta valor a esta governação, nomeadamente no âmbito da aposta da juventude. Se as comemorações dos quinhentos anos do Foral têm sido um sucesso com diversas iniciativas culturais por todo o concelho, salienta-se aqui a feira quinhentista que trouxe ao nosso concelho um toque histórico e representativo da época. Quero deixar desde já os meus sinceros parabéns por esta iniciativa que encheu a nossa terra de visitantes. Gostaria de deixar aqui também, como não poderia deixar de ser uma palavra de apreço e mérito à iniciativa das presidências abertas que ainda hoje decorreram na Junta de Freguesia de Caíde de Rei. Ora bem, no nosso país e associada à história política dos últimos anos tem havido um distanciamento notório entre os eleitores e os eleitos, é por isso que esta iniciativa levada a cabo pelo senhor presidente tem tido um duplo sucesso. Por um lado cumpre com a sua promessa de aproximar a presidência da Câmara junto do povo, ouvir a população, ir aos locais e constatar as diversas realidades e dificuldades dos cidadãos. Aborda também as empresas e empresários, consulta as escolas, instituições locais, mas acima de tudo presta

esclarecimentos aos munícipes e de forma descentralizada. Por outro lado ouve-se o povo reagir com satisfação a esta iniciativa vendo com agrado esta atitude de estar junto do povo marcando positivamente o inicio do seu mandato não optando por fazer este tipo de iniciativas, apenas quando poderia ser mais benéfico em termos eleitorais. Para a juventude assistimos a uma atitude promotora e valorizada dos jovens, as jornadas da juventude, o programa Sagaz e também o Festival da Juventude de Lousada que se inicia hoje. São iniciativas concretas que auxiliam a participação dos jovens lousadenses e promovem as suas potencialidades. Neste sentido realço a sessão que decorreu no dia catorze, "pequenos deputados grandes ideias" ao qual faço um especial apreço ao senhor deputado Filipe Barbosa, uma sessão que certamente deixou as crianças muito satisfeitas e que deu oportunidades a todos os alunos do quarto ano para colocarem através de um representante as suas dúvidas e questões diretamente ao senhor presidente da Câmara e por conseguinte serem esclarecidos. O qual a meu ver dispensa qualquer tipo de convite. Esta deverá ser sem dúvida uma iniciativa a repetir no futuro. Por último e não menos importante, foi apresentado o orçamento participativo jovem. Esta é uma iniciativa que agrada bastante e essencialmente a população jovem cumpre também o estipulado no período eleitoral, revestindo uma importância extrema para a população jovem na governação municipal. Os jovens socialistas desde sempre lutaram por este processo e saudamos a sua concretização, num tão curto espaço de tempo, a sua ampla divulgação, de forma a chegar a todos os jovens lousadenses, é necessária, e foi com satisfação que observamos que apresentação do projeto foi realizada junto de diversas escolas de Lousada com grande adesão dos alunos. Aqui os jovens terão oportunidade para apresentar as suas ideias tendo para isso uma verba de vinte e cinco mil euros à disposição, pelo que pude constatar, e convido desde já o senhor deputado Pedro Mendes também a fazê-lo, junto de diversos orçamentos participativos de jovens de âmbito nacional, para um município de média dimensão, o orçamento participativo jovem de Lousada consegue ter uma componente financeira bastante elevada. E esse sinal é um sinal de confiança e crença nesta iniciativa por parte de Pedro Machado. Para terminar, congratulo o executivo municipal liderado pelo Dr. Pedro Machado que demonstra ser um presidente de proximidade, disponível para auxiliar o tecido empresarial e associativo, bem como, a juventude de Lousada. Senhor presidente é mais que evidente que esta governação municipal está no caminho do sucesso apresentando iniciativas, obras e atos que irão beneficiar a população lousadense.» ----------
---

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Antes de mais eu gostaria de fazer aqui um pequeno à parte, não foi possível incluir na ordem de trabalhos mas faço desde já um voto de pesar ao falecimento do Presidente da ANAFRE, o senhor Cândido Moreira da Amarante. Lutava há vários anos contra uma doença terrível e infelizmente faleceu hoje. Mudando um pouco de tema e refletindo em tudo aquilo que nós ouvimos aqui das políticas de juventude. Sinceramente cumpre-me até lembrar, não sei se viram o filme dos Monty Python "A vida de Brian", em que existe a frente revolucionaria da Judeia que está sempre contra os Romanos, fazem reuniões, nós o que temos é que odiar os Romanos, fazer tudo para batalhar contra eles, até que o líder diz: o que é que nos deram os Romanos? E alguém responde, deram-nos as estradas, deram-nos o aqueduto, deram-nos a saúde… Parece um pouco o que nós estamos aqui a assistir, sempre contra as políticas de juventude. E o que nós estamos a ver é que temos o orçamento participativo jovem, temos o Conselho Jovem Estudante, temos o programa Sagaz que foi referido pela Diana, temos os "pequenos deputados grandes ideias", temos escolas públicas de qualidade e que elevam os nossos alunos, temos um dos concelhos mais jovens de Portugal, temos creche, complexo desportivo, campeões nacionais, europeus e mundiais. Isto parece-me um pouco esta alegoria relativamente aos Monty Python que não posso deixar de referir aqui.» ----------

---

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Relativamente à intervenção do Dr. Filipe Barbosa com certeza que será ironia dizer que pensava que a obra estava por acabar. Fiquei sem perceber exatamente o que é que queria dizer, subentendi que não gosta do resultado. Subentendi, porque vê-se que obra está acabada. Faltam decorações nos vidros, não sei se entretanto já foi colocado a identificação de Posto de Turismo. E pessoalmente entendo que a cor branca esbate muito, fica muito imperceptível, contrariamente aquilo que estava previsto, mas foi uma sugestão do arquiteto, alterar a cor. Mas lembro que quando levamos este projeto à reunião de Câmara para aprovação a coligação defendia que aquele não era o local adequado porque no fundo constituiria ali um obstáculo e que devia ser nesta zona mais central e porventura ali no jardim, foi o que eu percebi na altura. Eu acho precisamente o contrário, agora que vejo aquilo branco que devia ter mais destaque o que estava previsto era um cinza muito escuro quase preto, teria muito mais impacto e se calhar o resultado seria muito mais interessante. Mas estamos sempre a tempo de dar uma marca mais forte, e hoje com a arte urbana que existe e outras situações é muito fácil de dar ali mais

destaque. Estamos sempre a tempo de dar ali uma marca diferente. Acho que lhe fica mal dizer que a paragem de autocarro de Penafiel é mais apelativa. Fica-lhe mal, acho eu. Agora o que me parece é que tem direito de opinião, felizmente todos nós temos direito a opinião. O projeto em si pessoalmente gosto. Aliás foi desenvolvido por um jovem arquiteto com muito valor, também fez o projeto para ampliação do hospital de Lousada que também está muito interessante na minha opinião. Mas a minha opinião é a minha opinião e cada um tem direito a ter a sua. Todos nós somos um pouco arquitetos, todos nós somos um pouco construtores civis e todos nós somos um pouco treinadores de futebol. E portanto o que lhe posso Dizer Dr. Filipe, tem direito de opinião e registei a sua opinião embora não concordando com ela. Quanto á Dr.ª. Cidália, deu nota aqui que as auxiliares não chegam para as encomendas. E é verdade, e a nós resta-nos lamentar, porque de há três anos a esta parte temos visto os recursos humanos da Câmara Municipal a diminuir e não tem havido possibilidade de contratar. Naturalmente que nas escolas nota-se isso, nós temos procurado resolver o problema recorrendo ao centro de emprego, que não é a melhor solução, porque infelizmente só podem estar, como sabem, um ano nos programas ocupacionais e isto gera muita instabilidade porque os meninos vão-se afeiçoando ao auxiliar e de repente quando ela já conhece a casa, quando já colheu ali afeto, tem que se ir embora e isso é dramático. Mas infelizmente isso não está ao nosso alcance, porque tínhamos a vontade de facto de reforçar. Vamos ver se este ano conseguimos reforçar alguma coisa, uma vez que as regras para este ano já são ligeiramente diferentes, no caso de Lousada como nós reduzimos dezanove por cento do pessoal, já poderemos contratar, muito embora em circunstancias muito excecionais, desde que não se aumente o número de trabalhadores que tínhamos a trinta e um de dezembro. E por isso estamos a trabalhar nesse sentido para ver se conseguimos resolver o problema, não é só nas escolas, também nas obras, está a ficar muito complicado porque tem ido muita gente aposentada, e portanto temos esta necessidade de reforçar o pessoal operacional. Quanto à questão do prolongamento do horário, referiu que é um serviço pago. É um serviço pago por quem não tem os escalões, mas como sabe é um serviço muito deficitário, aquilo que nós recolhemos é manifestamente insuficiente para as despesas que isso acarreta. E por isso eu volto a dizer, quem nos dera a nós ter mais condições para irmos mais além seguramente que o faríamos. Já o fizemos no passado, lembro aqui que fomos pioneiros nas atividades de enriquecimento curricular, muito antes do governo dar apoio e tornar este programa extensível a todo o território. Aqui em Lousada já existia há

muitos anos atividades de enriquecimento curricular que eram suportadas a cem por cento pelo orçamento municipal. E atualmente grande parte dos custos que temos com estas atividades, ainda são suportadas pelo orçamento municipal, uma vez que por exemplo a natação não tem qualquer comparticipação do Estado. E lembro também o esforço que nós fizemos de há longa data para que todos os alunos do nosso concelho tivessem acesso ao jardim-de-infância, uma vez que saberão certamente que há vinte anos atrás não existia qualquer jardim-de-infância público no concelho, havia um que era da Santa Casa da Misericórdia. E por isso foi feito um investimento muito grande nessa vertente de há muitos anos, muito antes de começarmos a fazer as obras de requalificação dos centros escolares, a primeira prioridade foi construir os jardins-de-infância porque sempre tivemos a noção que era importante que os alunos fossem o quanto antes para a escola, para que chegassem mais bem preparados ao primeiro ciclo. Para nós é um orgulho muito grande, termos, há muitos anos, o concelho coberto com esta oferta educativa. E portanto deixo apenas aqui esta mensagem: que seguramente estamos sempre recetivos a aumentar e a investir na educação, porque entendemos que é o cerne da questão, que é a melhor forma de valorizarmos o melhor ativo, conforme já aqui foi dito e bem, que o melhor ativo deste concelho, a juventude. E por isso a melhor forma de valorizar esse ativo, é apostar cada vez mais na educação, mas infelizmente os recursos são cada vez menores e portanto esta gestão não é fácil.» ----------

---

----- SEGUNDO PONTO - Ratificação da deliberação de concessão de apoio financeiro às Juntas de Freguesia tomada pelo Executivo Municipal na reunião ordinária do dia 19/05/2014 ----------

---

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal "Lousada Viva" - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Aquilo que nos compete constatar e que é uma realidade, porque uma realidade quando se repete várias vezes transforma-se numa tendência, é que neste executivo começa a haver a tendência para não cumprir a legislação. Primeiro foi com a lei dos compromissos, era uma lei má não se cumpriu, depois foi com a Lei seis/dois mil e doze dos conselhos municipais da juventude também não se cumpriu, agora é com a Lei setenta e cinco/dois mil e treze porque também não se cumpriu com o prazo dos cento e oitenta dias. E isto até não seria grave, este incumprimento não seria grave, se chegados aqui verificássemos que a Câmara tinha utilizado estes cento e oitenta dias para, como a lei prevê fazer estudos, pedir pareceres, auscultar verdadeiramente

os parceiros e apresentar, mesmo que depois do prazo uma verdadeira proposta de transferência, como seria de esperar. E o que nós verificamos é que apesar da disponibilidade dos presidentes de Junta, e foi muita ao longo do tempo, isso acabou por não suceder, porque na verdade chegamos a esta situação, porque os presidentes de Junta se encontram numa situação, como o próprio presidente reconhece, de fragilidade económica porque tiveram que aguardar que houvesse saldo de gerência para poder agora fazer esta transferência. E porque em anos anteriores, como também os vereadores da coligação o disseram, não cumpriram em cinquenta por cento com aquilo que previamente estabeleceram. E por isso chegados a este momento, há uma proposta que é feita, que é imposta legalmente, e que fica muito aquém daquilo que seria de esperar. É verdade que os presidentes de Junta foram negociando, algumas das posições que foram apresentadas pelos presidentes de Junta foram aceites. As verbas a transferir são insuficientes, claramente, mas são aquelas que há numa Câmara que vive folgadamente em termos económicos.» ----------

---

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O senhor deputado tem uns óculos que são muito escuros e eu vou-lhe explicar porquê. Se soubesse a quantidade de regulamentos e portarias que o governo não cumpre o prazo de cento e oitenta dias para emanar para o cumprimento de leis, se calhar também não estava a falar disso. Lousada na sua óptica tem de ser diferente porque há de ter disponibilidade financeira, disponibilidade de pessoal, há de ter sempre tudo em ordem, e nós fazemos sempre tudo mal. E o senhor deputado se estivesse ali no executivo faria tudo bem, eu sei disso, no mundo onírico, no mundo dos sonhos eu sei que isso era possível, aqui se calhar não. Mas deixe-me lhe dizer uma coisa, eu gostava que daqui a uns tempos, alguns órgãos de comunicação social aqui da nossa região fizessem um estudo comparativo, e você também o pode fazer e eu também, comparativo, relativamente a estes valores que está aqui a dizer que são insuficientes, que fizesse um estudo que verificasse como é que é nas outras freguesias dos outros concelhos, até pode ser de todos, atendendo áquilo que diz aqui o senhor Santos. Porque o facto de o nosso município estar bem financeiramente, e o senhor sabe disso, não significa, por causa da lei dos compromissos que muito bem falou, mas que muito mal aplicou, está novamente a querer ignorar aquilo que realmente se passou e que já foi aqui explicado nesta Assembleia. Por causa da lei dos compromissos, por causa de restrições que são colocadas neste momento nas autarquias a nível governamental, por causa de contribuições que municípios cumpridores

têm de fazer para municípios que andaram a incumprir durante todo este tempo, era bom falar disto, não é? Por causa disso nós andamos a pagar aos outros e por causa disso se calhar nós não podemos transferir mais. Agora se me vem dizer que isto é pouco. Senhor deputado é sempre pouco e como disse o senhor vereador há pouco, é um princípio económico em que todos os recursos são escassos. E o senhor deputado só se não quiser ver, e só por demagogia é que o faz aqui, eu sei é o único deputado da coligação a intervir nestes campos. Só por demagogia o faz porque tem de dizer alguma coisa do contra.» ----------

---

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Só um pequeno pormenor, quando discutimos aqui os documentos previsionais, eu referi aqui que a dívida não era aquela e fiz referência ao saldo de gerência e houve quem dissesse que o saldo de gerência não contribuía para a receita da Câmara, não era de abater. Verifico agora que o senhor deputado Filipe Barbosa diz que a Câmara esteve à espera do saldo de gerência para pagar às freguesias. Engraçado não é?» ----------

---

----- Intervenção do Sr. Cristóvão Simão Ribeiro do Grupo Municipal "Lousada Viva" - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhora presidente, senhores deputados secretários, senhor presidente da Câmara senhora e senhores vereadores, senhora e senhores presidentes de Junta, mais membros desta Assembleia, estimados lousadenses aqui presentes. Dizíamos nós e referíamos há pouco que o poder local no seu todo e em suma Lousada de resto também, tem sido a marca indubitável de desenvolvimento de contributo cívico e de progresso por este país e é uma verdade. Dizemos nós e julgo que estamos de acordo que o poder local que vai ele próprio em si e de per si na sua terceira fase. Passou uma fase do investimento em infraestruturas, uma segunda fase de investimentos em equipamentos, e provavelmente, estará numa terceira e derradeira fase que é a fase da política social, a fase da política do compromisso, a fase da política da transversalidade e do assegurar de um todo de coesão territorial e nacional, de equidade, harmonia e progresso. Neste contexto eu quero aqui referir somente algo que foi tocado ao de leve, nomeadamente no que diz respeito à lei dos compromissos por um lado, e no que diz respeito por outro, a uma forma perfeitamente exequível e prática de solucionar alguns dos problemas, algumas das restrições por esta mesma lei levantados. E refiro-me áquilo que foi aqui tocado ao de leve que tem que ver com o fundo de apoio aos municípios. É preciso dizer e salvaguardar em primeiro

que a criação deste fundo de apoios aos municípios decorre também ele de uma exigência legal, que foi de resto e acolheu um ar de consenso até por parte da Associação Nacional de Municípios em dois mil e treze. Segunda questão já em dia vinte e oito de maio, do corrente ano, houve um acordo de princípios de uma delegação do governo da República Portuguesa e de uma delegação da Associação Nacional de Municípios, diga-se também composta ela por elementos e autarcas dirigentes de todos os quadrantes e partidos políticos, com vista à assunção deste compromisso a médio e longo prazo de forma transversal. E este compromisso traduz-se tão-somente e de forma importantíssima em alguns vetores e alguns itens que eu quero aqui explicar e expor: primeiro deles, a contribuição exatamente para um fundo que será compartilhado, que servirá de garantia de crédito a todos os municípios portugueses, mas será um fundo onde as autarquias, caso decorra e haja este acordo, contribuirão apenas com zero vírgula sete por cento anual da sua receita; segunda questão, este mesmo esforço financeiro de contribuição não será a título pro bono, estará portanto como se fosse uma aplicação a prazo, a render juros para a autarquia em causa que contribui, e esses mesmos juros na sua devolução à autarquia não serão tributados, não serão taxados; terceira questão, e aí enquadro naquela discussão que estávamos a ter aqui no que diz respeito à lei dos compromissos. Entre muitas e outras variadíssimas vantagens deste acordo de princípio de plasmarmos isto na lei. Decorre exatamente o desbloquear da lei dos compromissos em que aqueles municípios mais equilibrados, que deram provas e princípios de melhor e boa gestão e portanto julgo que aqui e fazendo fé em tudo o que tem sido dito, em tudo que nos temos vangloriado em conjunto enquanto município, permite a esses mesmos municípios que possam ter uma maior amplitude de gestão, permite-lhes readquirir a capacidade de contratar pessoal, permite-lhes readquirir a capacidade de não despedir trabalhadores e permite-lhes a capacidade equitativa de gestão daquilo que é um teto máximo salarial, a gastar por ano, mais ou menos à descrição de gestão daquilo que é o executivo municipal. E é disto que estamos a falar e é isto que eu queria aqui desmistificar.» ----------

---

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias Nogueira e Alvarenga: «Excelentíssima senhora presidente da Assembleia, restantes secretários, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas, excelentíssimo público. Nós estamos neste ponto a discutir, para depois, possivelmente, fazer a aprovação de uma transferência para as Juntas de Freguesia, para nós, enquanto

presidente de Junta, resolvermos um conjunto de compromissos ou melhor de saldar um conjunto de compromissos que tínhamos assumido ao longo deste ano. Efetivamente esta situação e como já foi dito pelo Filipe Barbosa decorre pelo facto de não atempadamente ter sido conseguido negociar com os presidentes de Junta aquilo que são os acordos de execução decorrentes da Lei setenta e cinco/dois mil e treze. Mas eu gostava de ressalvar aqui um ponto que é fundamental, que ninguém está aqui a perceber e que era importante refletir. Eu enquanto presidente de Junta e penso que muitos mais colegas aqui presentes, vivemos penso que desde há muitos anos um dos momentos mais aflitivos da gestão dos nossos executivos que temos memória ao longo destes últimos anos, que foi ter que esperar durante este tempo todo, ou seja desde outubro do ano passado, que foi a última transferência feita para os executivos das Juntas, até trinta e um de Maio de dois mil e catorze que a Câmara transferisse para as Juntas o equivalente financeiro aos compromissos que decorriam inclusivamente dos protocolos assinados no passado, que tinha a ver com a limpeza de bermas e valetas e outros compromissos assumidos. Isto nunca aconteceu, eu congratulo-me e é importante ressaltar que este exemplo não mais possa acontecer, porque isto denotou de facto que houve uma falta de planeamento na transferência de verbas para as Juntas. E porque é que é falta de planeamento? Por que meus amigos no ponto que vocês vão aprovar a seguir, o planeamento está lá plasmado. Por que no ponto que se vai aprovar a seguir, aprova-se um protocolo de transferências para as Juntas com verbas a serem transferidas de dois em dois meses, senhor Santos, a começar no inicio do ano, em que as Juntas sabem efetivamente com o que podem contar em que mês e os compromissos que podem assumir. Portanto, eu aqui quero ressalvar um comportamento e uma atitude que no passado era comum e que exigia aos presidentes de Junta que tivessem que andar de "chapéu na mão" a ir várias vezes à Câmara, a perguntar ao senhor presidente quando é que podia fazer a transferência das "migalhas" que podíamos ter. E que efetivamente graças, não graças, digamos à boa vontade do senhor presidente da Câmara, mas graças à lei, graças ao cumprimento da obrigatoriedade da lei, as Juntas deste concelho, finalmente vão poder ter autonomia, capacidade de gestão eficaz. E o que eu digo, graças à lei, porque o senhor presidente da Câmara neste momento que é presidente da Câmara era vereador responsável pelas obras no mandato passado e durante esse período todo e durante os anos transatos do anterior presidente da Câmara Dr. Jorge Magalhães nunca houve este tipo de atitude. Portanto, meus amigos a lei neste caso é-nos benéfica, graças a Deus que temos uma lei que efetivamente dá dignidade ao poder local, aos senhores presidentes de Junta

e à sua capacidade de gestão, congratulo-me com isto e congratulo-me com as negociações que foram encetadas pelo senhor presidente da Câmara. Esperemos que outras possam vir e que outras possam vir ainda com muito mais eficácia, com muito mais empenho para bem do concelho, porque eu não duvido que nenhum presidente de Junta aqui presente não esteja aqui nesta Assembleia, neste concelho, na sua Junta, a lutar pelas suas freguesias. Por isso fico admirado com a posição do senhor João desta bancada do Partido Socialista que acha que chega. Não chega, para uma Junta nunca chega, e eu sei porque é que ele chega, porque das freguesias que eu herdei a freguesia de onde ele é natural foi a que teve mais problemas, foi a que eu tive uma herança mais pesada. E nunca vi neste aspeto o senhor deputado a lutar pela sua freguesia que é Alvarenga para que efetivamente tivesse um conjunto de verbas e de compromissos cumpridos. E não fosse o agrupamento de freguesias, eu gostava de saber se o presidente de Junta de Alvarenga tinha sucesso e capacidade de execução com nove cêntimos na conta bancária.» ----------

---

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Oh senhor deputado e o senhor presidente da Junta de Lustosa com meio milhão na conta tem capacidade de gestão? Tem? Percebe o que é que estamos aqui a falar e o presidente da Junta de Caíde com menos cem mil euros na conta, tem capacidade de gestão? E Macieira, digo o mesmo. Macieira quando foi herdada tinha capacidade de gestão? Vamos ver as coisas como elas são, e digo-lhe mais, está a falar da lei, se a lei é tão bendita e suprema que deve ser elevada à condição de Deus. Então vamos dizer uma coisa, se a lei lhe dá competências porque é que a Câmara as tem de lhe conceder? Não, a Câmara Municipal enquanto autarquia local transfere para si competências e dá-lhe verbas para isso. As Juntas de Freguesia têm competências próprias, as Câmaras Municipais têm competências próprias, tal como já vinha no seguimento da lei das autarquias locais e sucede agora com esta lei, aquilo que acontece é a Câmara Municipal delega competências nas Juntas de Freguesia para que sejam as Juntas de Freguesia enquanto órgãos, enquanto autarquias locais de proximidade a desenvolver esses trabalhos. Eu estou enganado? Porque é que há um protocolo em que a Câmara passa competências para as Junta de Freguesia? Porque é que então, como são as Juntas de Freguesia a executar esses trabalhos, recebem dinheiro para isso, recebem transferências de verbas? Aquilo que está aqui a acontecer e que parece que está a ser criticado é o facto de haver aqui uma maior descentralização por parte da Câmara Municipal de Lousada. Eu espero que não seja isso, por

que vocês sempre defenderam o contrário. Sinceramente até sou favorável a isto, e sempre fui, eu sempre achei que as Junta de Freguesia enquanto autarquias locais de proximidade deviam ter muito mais competências, da mesma maneira, sem ser pela Câmara Municipal mas pelo Estado, pelas transferências via Estado, deviam receber muito mais, mesmos do nosso IRS, aquela percentagem e também devia receber de dois em dois meses as transferências em vez de ser, sabe lá Deus quando. Agora, aquilo que me compete também a mim dizer e penso que relativamente a esta questão das Freguesias acho que está encerrado, uma vez que nós hoje nesta Assembleia vamos ratificar documentos que me parece que privilegiam as freguesias de Lousada, mesmo em termos económicos. Por fim dizer apenas uma questão relativamente ao fundo que irá ser constituído para apoiar os municípios com dívidas elevadas. Deixe-me dizer-lhes uma coisa eu não tenho nada contra a solidariedade institucional, entre as autarquias locais e percebo que Portugal tem de ser regido enquanto conjunto de autarquias locais, mas deixem-me dizer-lhes uma coisa, se eu enquanto lousadense tivesse de escolher meter zero ponto sete do total das receitas angariadas num fundo a render juros de um ou dois por cento, se é que vai ser isso, a render juros, para os outros se servirem deles, por exemplo Paços de Ferreira, já apresentou umas empresas à insolvência mas que não podem ser decretadas insolventes, mas estão na insolvência completa, ou então pegar nesse zero ponto sete da receita e aplicar por exemplo na questão das creches. Eu não tinha a mínima dúvida se eu tivesse esse poder decisório em aplicá-lo na contratação de pessoas para as creches. Porque eu com a receita que faço no meu concelho eu acho que nós devemos aplicá-la no nosso concelho porque são as pessoas que estão cá e contribuem para o concelho que devem receber os frutos do investimento, do trabalho e da vivência que fazem no nosso concelho.» ----------

---

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Pensei que nunca iria falar no fundo de apoio municipal. Não é nada contra si mas convenhamos que é uma das iniciativas mais absurdas, da forma como ela está feita, de sempre. O que a Associação Nacional de Municípios Portugueses acordou e disse bem acordou, foi que este fundo existisse, pensando eles, com total responsabilidade do Estado o que depois foi voltado atrás e disseram, eu neste assunto já nem estou à vontade para falar nisto porque isto muda todos os dias, disseram que afinal a comparticipação do Estado para auxiliar as Câmaras que estão em risco, seria de setenta por cento para os municípios e trinta por cento para o Estado, ou seja, setenta por cento da verba dos seiscentos e tal milhões

seriam os municípios que tiveram uma gestão regrada, que souberam até que ponto podiam ir, para pagarem erros de gestão dos outros. O que a Associação Nacional de Municípios fez, e julgo que esse documento é público, foi tentar fazer uma simulação das verbas que iriam ser comportadas a cada um, e mediante as informações que eu obtive e que eram públicas em que Lousada iria ficar sem um milhão e quatrocentos mil euros durante cinco anos. Um milhão e quatrocentos mil euros, convenhamos que, mediante as negociações que agora possam vir a ter, pode ser que desça, pode ser até que suba, não faço ideia, isto faz muita falta a Lousada. Faz muita falta a todos nós, faz muita falta às Juntas. Imaginemos então que chegava aqui o senhor presidente de Câmara e, meus amigos a Junta de Caíde está na falência, há problemas em Alvarenga, há problemas aqui e ali. Portanto os outros vão ajudar-nos a comportar essa dívida para pagarmos os erros de gestão dos outros. Portanto isso não tem cabimento possível, uma iniciativa que devia ser cem por cento suportada pelo Estado com as consequências que terão que advir para os respetivos municípios, porque até os próprios municípios que necessitam obrigatoriamente deste fundo, como por exemplo Vila Nova de Gaia, já diz que nem pensar, quer tal situação. Porque aquilo são troika em cima de troika, o presidente de Câmara fica sem conseguir fazer nada. Portanto isto para andar a pagar os erros dos outros é sempre fácil quando começamos a distribuir o mal pelas aldeias e aqueles que souberam até que ponto poderiam ir, têm que contribuir obrigatoriamente, sem negociação. Aqui é tão criticado o modo como a negociação é feita, mais atempadamente, mas a negociação é feita, e um louvor a todos os presidentes de Junta, não só os da coligação, todos chegaram a um acordo. E não houve esta questão da obrigatoriedade de verbas é assim e ponto final. Houve uma negociação enquanto que aqui com o Estado ninguém negoceia nada, é logo tudo obrigatório, está feito e não há mais volta a dar. Portanto isto de andar a pagar os erros dos outros é muito bonito mas a nós o que nos interessa é Lousada. Este projeto, esta iniciativa poderá ter múltiplas diferenças com aquela que está plasmada e que eu tenho conhecimento, mas penso que não irá fugir muito disto e que ao fim ao cabo quem teve uma gestão consciente irá ter que pagar os erros dos outros.» ----------

---

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor Dr. Filipe Barbosa é muito fácil fazer afirmações que não são verdadeiras para dizer que a Câmara não cumpre, uma delas foi em relação à lei dos compromissos. Gostava que o senhor me dissesse onde é

que a Câmara falhou no cumprimento da Lei dos compromissos? O senhor deve estar a referir, já aqui foi explicado e dito várias vezes ao número um do artigo cinquenta e três da Lei número cinquenta e cinco-A publicada em trinta e um de dezembro de dois mil e dez, depois revogada pela segunda vez pela Lei número sessenta-A publicada em trinta de novembro de dois mil e onze. Esta Lei publicada a um mês do final do ano determinava que o endividamento líquido de um município em trinta e um de dezembro de dois mil e onze não podia ser superior ao observado em trinta de dezembro de dois mil e dez. E só em novembro de dois mil e onze é que esta lei é do conhecimento das Câmaras, a um mês do final do ano. Relativamente a dois mil e doze a história é idêntica e foi aqui que a Câmara realmente porque não tinha conhecimento desta lei não cumpriu esta lei que penso até que já foi revogada, foi uma lei publicada pelo famigerado Dr. Miguel Relvas que neste momento não sabemos por onde é que ele anda. É preciso ter algum rigor naquilo que se diz porque criticar através de mentiras é fácil.» ----------

---

----- Resposta do Sr. presidente da Câmara: «Começando pela intervenção do Dr. Filipe Barbosa, o senhor Ferro já aqui esclareceu um grande equívoco é que nós sempre criticamos a lei dos compromissos mas cumprimo-la, porque as consequências eram gravíssimas se não a cumpríssemos. Eu presumo tal como o senhor Ferro presumiu que o que quis dizer é que porventura nós teremos violado aquela determinada lei que proibia o aumento do endividamento líquido, que é uma situação completamente diferente, não tem nada a ver com a lei dos compromissos. E isso efetivamente aconteceu porque nós não podíamos fazer de outro modo, não podíamos evitar que assim fosse. Já aqui foi demonstrado em sessões anteriores que uma das situações teve a ver com a aquisição dos autocarros cujo contrato já estava firmado, não havia alternativa, não podíamos revogar essa deliberação até porque eles já estavam encomendados, e a outra situação tem a ver com a Século XXI, que não faz sentido nenhum, o capital social era como sabem com um valor avultado porque o imóvel fazia parte do capital social, grande parte desse capital social era em espécie, e por força daquele problema decorrente que era a questão da acumulação dos prejuízos, nós reduzimos o capital social aqui nesta Assembleia para cinquenta mil euros, e o imóvel regressou ao património da Câmara, curiosamente o mesmo imóvel enquanto capital social era considerado por força da anterior lei um ativo e como prédio propriedade da Câmara já não é considerado um ativo, o que é um absurdo completo. Foi só por questões formais que esta questão aconteceu, já o

disse aqui que isto não traduziu qualquer prejuízo para o município, apenas mais burocracia, porque é caricato, o que é que acontece há uma retenção de dez por cento do FFE e entretanto depois esse dinheiro é para pagar a fornecedores da Câmara que recebem mais tarde do que os outros porque como sabem estamos a pagar a vinte nove dias. É um absurdo, ainda há dias, na quinta-feira, fez ontem oito dias, houve uma reunião da CIM em Cinfães onde esteve o secretário de Estado da Administração Local, o Dr. Leitão Amaro onde eu o confrontei com este problema e ele disse que isso agora está para ser revisto, naturalmente que vai ser revogado porque como disse aqui o senhor Ferro esta lei já não existe sequer. Foi um absurdo, há que haver rigor quando se faz aqui acusações graves como dizer que nós não cumprimos a lei dos compromissos. Depois queria dar nota que esse prazo dos cento e oitenta dias que a lei refere, é um prazo indicativo, não há consequência nenhuma legal para o não cumprimento desse prazo. Agora, nós não o fizemos deliberadamente, nós encetamos um processo negocial com as Juntas de Freguesia que foi moroso e demos prioridade à questão do protocolo do parque escolar que já aqui veio, fomos desenvolvendo as negociações e aparece agora hoje o outro acordo de execução. Portanto como nós tínhamos a noção de que apesar de não termos ainda os acordos feitos com as Juntas de Freguesia, o certo é que eles continuaram a fazer as manutenções como era prática habitual, entendemos também que era de inteira justiça compensar as Juntas de Freguesia por esse esforço, por essa dedicação que tiveram, pelos custos que tiveram. Portanto isto aqui não é nenhum acordo de execução, isto aqui é um subsídio que é atribuído às Juntas de Freguesia para compensar esses custos. E contrariamente áquilo que acontecia no passado em que isto era competência exclusiva da Câmara Municipal, agora por força desta lei a competência é da Assembleia Municipal e por isso é que hoje estamos aqui a discutir este ponto. Depois o deputado Simão Ribeiro referiu aqui o fundo de apoio municipal mas aqui ficou notório o que nos separa. Reconheço-lhe o mérito de ter estudado muito bem a lição porque o que você disse aqui foi exatamente o que o secretário de Estado disse em Cinfães. Aliás na próxima quinta-feira ele estará aqui em Lousada porque vamos ter uma outra reunião da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa que é constituída como sabe, pelos onze municípios do Tâmega e Sousa. E neste mandato foi decidido e bem que essas decisões devem ser descentralizadas e portanto temos percorrido a região toda. Na quinta-feira será aqui em Lousada precisamente nesta sala e onde teremos aqui o senhor secretário de Estado que foi a Resende explicar o que está subjacente a esta lei, que não está em causa, de facto é uma necessidade porque há aqui municípios, e alguns bem

perto de nós, que estão numa dificuldade tremenda, eu imagino o que é o dia-a-dia daqueles municípios, que se veem confrontados com dívidas e mais dívidas e que não têm capacidade para cumprir os seus compromissos. Portanto é importante que o governo resolva este problema e crie esse fundo para acudir a esses municípios que estão em dificuldade. Agora o que eu acho é que isto não pode ser feito à custa daqueles que sempre cumpriram. E o que está aqui em causa é de facto criar um fundo à custa de todos, inclusivamente daqueles que sempre cumpriram e isso é perfeitamente injusto, isto é um absurdo, e o que eu estou a dizer aqui disse ao secretário de Estado. É evidente que nós podemos sempre arranjar mil e um argumentos para defender isto e um dos argumentos é a questão da solidariedade, a questão também de criar uma rede em que todos os municípios vão beneficiar. Quando um município entra em risco depois vai prejudicar os outros quando precisarem de recorrer ao crédito, eu percebo essas teorias todas mas isso não pode ser feito à custa daqueles que sempre cumpriram. Não pode ser feito, porque a solidariedade não é para compensar má gestão e houve problemas de má gestão por aí fora. E o Estado teve culpa porque o Estado tem tutela sobre as autarquias locais, têm instituições responsáveis para fiscalizar as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia e portanto o Estado falhou nessa fiscalização, e se falhou é o Estado que deve resolver o problema. Este fundo devia ser criado pelo próprio Estado, por isso não se admirem que haja impugnações judiciais desta lei e lamento que pelos vistos o senhor concorde com essa lei que vai penalizar e muito o município de Lousada e não vale a pena dizer que é só zero virgula sete por cento. Zero virgula sete por cento é muito dinheiro. Há aqui depois uma confusão porque a Associação Nacional de Municípios numa circular que enviou para todos os municípios que refere que no caso de Lousada seria um milhão e quatrocentos mil mas a informação que o senhor secretário de Estado deu na reunião é que será os tais zero virgula sete por cento que corresponderá a cento e cinquenta ou cento e sessenta mil euros. É muito dinheiro, faríamos muitas coisas. É isto que eu tenho dito e tenho dito repetidamente, o nosso dia-a-dia não é fácil, é uma imprevisão constante, são cortes constantes. Sinceramente não sei para onde estamos a caminhar. E referiu aqui que esta lei conseguiu o compromisso e o acordo da Associação de Municípios mas devia dizer tudo, e referiu parte apenas, porque de facto a Associação Nacional de Municípios exigiu que houvesse mais flexibilidade para a lei dos compromissos, nomeadamente para quem não tem tido problemas de gestão, há uma outra situação que o senhor secretário de Estado também se comprometeu no que respeita aos dirigentes, não faz sentido, uma lei que

saiu e obriga a reduzir pura e simplesmente o cargo de dirigente, porque cada realidade é uma realidade, cada caso é um caso e no fundo o que faz sentido é em função da dimensão do município da sua realidade criar metas e no fundo despesa máxima em termos de salário. Depois cada município tem de gerir da melhor forma, para isso é que serve a autonomia do poder local e esse compromisso, pelos vistos, o governo vai aceitar. Depois há a questão de flexibilizar a contratação de pessoal, mas há outra regra ou outra exigência que a Associação Nacional de Municípios fez que é muito importante, sem ela eu não posso concordar com a contribuição dos municípios neste fundo, foi alterar o IVA da iluminação pública. Terão que concordar que quando nós fizemos cortes na iluminação pública de que de um momento para o outro nós fomos confrontados com um aumento brutal da despesa, porque pagávamos o IVA da iluminação pública a seis por cento e passou para vinte e três. A Associação Nacional de Municípios disse, nós não queremos ficar de fora, nós queremos dar o nosso contributo mas exigimos que o IVA passe novamente para seis por cento. É isso que o senhor devia defender enquanto representante do povo da Lousada na Assembleia da República. Quanto à intervenção do Dr. Fausto Oliveira, referenciou aqui que nunca tinha acontecido, as Juntas de Freguesia ficarem numa agonia tal desde outubro até agora maio. Vamos ser corretos, o que houve foi uma antecipação de pagamentos, vocês poderiam ter recebido perfeitamente, como se fez no ano passado até dezembro. O protocolo foi liquidado, salvo erro até outubro porque estávamos em final do mandato e faria sentido, pelo menos foi isso que optamos na altura, se faria sentido ou não, não sei depende sempre da lógica. A atribuição de subsídios que foi efetuada no ano anterior foi liquidada até outubro mas podia perfeitamente ter sido liquidada até dezembro e aí já não teríamos estes meses todos, teríamos apenas quatro ou cinco se fizermos conta a maio. O que houve foi uma antecipação de pagamento e agora uma demora no pagamento. Depois diz que há falta de planeamento porque só agora com o acordo de execução é que se incluiu o plano de pagamento. Vocês não imaginam a dificuldade que isto nos vai acarretar, não é fácil com estas imprevisões todas, e só por isso é que no passado não foi assumido este compromisso, porque nos limita muito. Queria só que percebessem que não foi por mero capricho, não foi para vos prejudicar porque entendemos que é importante que todos nós saibamos com aquilo com que podemos contar. E também disse isso ao secretário de Estado que era importante que o governo fizesse o mesmo que nós estamos a fazer com as freguesias, que era fazer um acordo de quatro anos, ter um horizonte temporal com alguma estabilidade, infelizmente não sabemos com aquilo com que podemos

contar. Dizer que no passado andavam de "chapéu na mão" a mendigar "migalhas". Não eram "migalhas" eram valores próximos daqueles que agora estão em causa. Ninguém andou a mendigar, simplesmente não é fácil essa gestão em termos de tesouraria e era essa a razão que não permitiu ter esta abordagem que agora estamos aqui a assumir. Depois dizer que isto é um mérito da lei. Não é mérito da lei até porque não é obrigatório como sabe, o que é obrigatório é os municípios encetarem um processo negocial, isso sim é obrigatório. Depois há uma questão jurídica que era para os municípios que não encetassem essas negociações podiam ir a tribunal exigir que essas negociações se encetassem. Mas quando há um acordo tem que haver duas posições unânimes, senão não há acordo, não havendo acordo não havia transferência. Por isso não vamos por aí. Mas isso é do ponto seguinte e eu reservo depois mais esclarecimentos para o ponto seguinte.» ----------

---

----- De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor: "A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a ratificação da deliberação de concessão de apoio financeiro às Juntas de Freguesia, tomada pelo Executivo Municipal na reunião ordinária do dia 19/05/2014, para cumprimento da alínea j), do nº1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, coadjuvada com o nº 3 do art.º 137º do Código do Procedimento Administrativo" ----------

---

----- A proposta número um foi aprovada por unanimidade de trinta e seis votos. ----------

---

----- TERCEIRO PONTO - Primeira revisão ao orçamento da receita, da despesa e plano plurianual de investimentos de 2014 ----------

---

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se de seguida à votação da proposta número dois do seguinte teor: "A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da primeira revisão ao orçamento da receita, despesa e plano plurianual de investimentos nos termos da alínea a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro" ----------

---

----- A proposta número dois foi aprovada por unanimidade trinta e seis votos. ----------

---

----- QUARTO PONTO - Aprovação da minuta dos acordos de execução

para obras e melhoramentos na rede viária e espaços públicos - Delegação de competências nas Juntas de Freguesias ----------
---

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal "Lousada Viva" - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Começava por dizer que agradeço verdadeiramente que me tenham corrigido porque eu efetivamente me enganei e percebi logo isso. Tinha um professor que dizia que era só para ver se estavam atentos, quando ele se enganava. Não foi o caso, verdadeiramente confundi a legislação e agradeço que tenham feito a correção. É a primeira vez, o senhor Ferro é que tem por hábito não reconhecer quando erra, eu quando erro tenho por hábito fazer o meu *mea culpa*. Depois se a voz me permitisse e se eu cantasse afinado quase que começaria a intervenção por cantar aqui o Aleluia do Wendell, por verdadeiramente começarmos, por imposição da lei, a fazer protocolos, não aqueles que pretendemos que sempre defendemos com as Juntas. Porque era importante que se dissesse aqui nesta Assembleia, neste momento, se no mandato anterior a coligação não apresentou aqui pelo seu líder anterior o Dr. Carlos Nunes, uma proposta semelhante a esta que ia muito mais longe até que esta, como sempre defendemos, e a mesma foi recusada por esta bancada. Por isso aquilo que hoje discutimos é verdadeiramente uma proposta semelhante àquela que já foi aqui recusada e que agora, por aquilo que percebemos, não é uma imposição legal, mas é, porque decorre da lei ir para tribunal se não houvesse acordo. No entanto não podemos deixar de lamentar alguns aspetos: primeiro, continuam a olhar e houve intervenções anteriores desta bancada que até mostraram, para os presidentes de Junta quase como tarefeiros. A quem delegam algumas coisas que a Câmara assume que é capaz de não fazer tão bem como as Juntas. Porque as propostas que foram colocadas em cima da mesa, a verdadeira transferência de competências, tratando as Juntas na sua individualidade ou seja transferindo para as Juntas fazendo, porque verdadeiramente pode haver discriminação, a discriminação positiva não é uma coisa má. Há presidentes de Junta que assumem que não se importariam de ter transferência de recursos humanos, descentralizarem recursos humanos para prestarem serviços que neste momento estão centralizados na Câmara Municipal. Há presidentes de Junta que assumem claramente que estariam disponíveis para passar muito para além daquilo que é proposto na execução de competências e aquilo que é proposto é o mínimo e com valores residuais semelhantes aqueles que foram propostos nos anos anteriores, porque verdadeiramente não há aumento, verdadeiramente não há uma verdadeira transferência de competências. Perdeu-se uma vez mais

uma oportunidade de em conjunto chegarem a consensos, a possibilidade de estabelecerem verdadeiras parcerias com presidentes de Junta, que são atores fundamentais na vida autárquica nas freguesias, como muito bem reconhece o presidente nas suas intervenções, são pessoas fundamentais que conhecem a proximidade, conhecem os problemas reais, muito mais rapidamente conseguem executar e com muito menos custo. Mas não são ouvidas nos seus anseios, naquilo que verdadeiramente eles poderiam procurar. Ficamos aquém daquilo que seria esperado, ficamos muito a baixo daquilo que seria expectável.» ----------

---

------- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias Nogueira e Alvarenga: «Já noutras intervenções a propósito deste mesmo tema, eu vim aqui fazer algumas considerações. E não podia deixar de vir cá novamente porque chegamos ao final de um processo negocial ou melhor quase que chegamos, ainda há muitas coisas a definir, mas que esta Assembleia vai aprovar, e portanto, era preciso no fundo fazer a separação do "trigo do joio" e perceber de facto aquilo que de positivo houve neste processo e aquilo que podia ter corrido melhor. Portanto gostaria de ressaltar aqui alguns aspetos: em primeiro lugar, quero ressalvar como positivo a postura ou seja efetivamente e na sequência daquilo que o meu colega Filipe Barbosa acabou de afirmar esta postura do presidente da Câmara em reunir com os presidentes de Junta, em auscultar e partir para um processo de negociação, era uma reivindicação, era um anseio, era uma das propostas que a coligação "Lousada Viva" vinha fazendo há muitos anos. Foi sempre considerado que era um *fair divers* ou que era alguma coisa que aqui pela bancada do Partido Socialista não merecia atenção. Efetivamente, eu gosto de salientar aquilo que é positivo e já o transmiti pessoalmente ao senhor presidente da Câmara, dizer que pessoalmente valorizo muito positivamente esta postura de diálogo e de negociação. E auspicio ou desejo que este diálogo, que esta negociação seja ainda muito mais aprofundada, seja ainda muito mais efetiva, e os presidentes de junta possam ser efetivamente parceiros de negociação no desenvolvimento do concelho de Lousada. Porque nós, cada um na sua área conhece muito bem a realidade sabe os seus problemas e em conjunto podemos ter soluções mais interessantes para o concelho no seu todo. E portanto independentemente dos partidos políticos que cada presidente de Junta representa, todos nós estamos aqui seguramente por Lousada, pelas populações de Lousada e por cada uma das nossas terras individualmente. Por cada uma das nossas terras individualmente mas não no sentido egoísta e era importante que esta perspetiva fosse ultrapassada. Para haver uma

perspetiva de maior planeamento estratégico, em conjunto, de obras que no passado foram realizadas muito a olhar para o umbigo de cada um, muito a olhar para a satisfação de promessas politicas, e que de ora avante era importante que os presidentes de Junta se sentassem e em conjunto com a Câmara Municipal, com o senhor presidente neste momento ou com outro que venha a ser, seja qual for o partido, planeie estrategicamente um conjunto de ações para o concelho. Portanto é nesse caminho que eu acho que nós temos que avançar, sem medos, sem receios, com transparência. E ressalvo aí um ponto fundamental que foi o último ponto a ser incluído no protocolo que nós agora estamos a aprovar que é, progressiva e maior transparência. Eu, pessoalmente não tenho medo da transparência, pois há quem tenha, bem dito senhor João. Mas eu não vou descriminar quem é, cada um que faça o seu exame de consciência. Agora é muito importante que nós neste concelho percebamos e tenhamos também uma perspetiva de solidariedade e de perceber que em determinados momentos, se calhar, é preciso investir mais numa freguesia porque tem mais necessidades, noutros momentos é preciso investir mais noutras realidades para perspetivar um verdadeiro equilíbrio. Há bocadinho falava-se no fundo municipal, é uma questão de solidariedade. Uma questão de solidariedade que nós também enquanto portugueses soubemos, de certa maneira, exigir à Europa, aos nossos parceiros, também somos contribuintes para a solidariedade também somos parceiros do FMI. Portanto também somos enquanto país parceiros do Fundo Monetário Internacional para ajudar aqueles que mais precisam nas dificuldades. Esta mudança de mentalidade na gestão política é que era importante ressaltar, salientar, perceber e esvaziar muitas vezes aquilo que são partidarites ou capelanias que muitas vezes acontecem na forma de estratégia e planeamento do concelho. Só há um ponto que eu me sinto derrotado neste processo, sendo um processo negocial, há derrotas e há vitórias, acho que do esforço de todos os presidentes de Junta e acho que foi um esforço significativo e muito positivo. A única derrota que eu considero é que os valores que estiveram em cima da mesa propostos não foram atingidos. Nunca pensei que pudessem ser atingidos, passaram por ser uma proposta, mas pensava que o senhor presidente da Câmara e que a Câmara tivesse um bocadinho mais de valorização das Juntas, inclusivamente atenuar algumas desigualdades. E quanto a isso não posso considerar que a minha união de freguesias aí possa ser considerada como, digamos que tivesse que exigir muito mais valores do que aqueles que já são atribuídos mas eu considero que há Juntas que efetivamente não atingiram os seus objetivos em termos de equilíbrios e de igualdade. E portanto se nós propúnhamos um aumento de

cerca de cem mil euros a transferir para as Juntas, para as vinte e cinco, consideradas assim todas as freguesias ou então dividam por quinze, como queiram, pensava que pelos menos conseguíssemos chegar aos cinquenta mil euros que era um valor razoável. Agora termos recebido um aumento apenas de cerca de catorze mil e tal euros. Meus amigos, acho que isto é muito ridículo e portanto aí considero-me completamente derrotado nesta parte negocial. Estamos a falar de Juntas de Freguesia não estamos a falar de um Portugal Radical ou de um Festival da Juventude ou de uma atividade de fim-de-semana, ou de uma prova de atletismo ou da prova de ciclismo que vem a Lousada e tem muito mais transferências do que aquilo que nós conseguimos alcançar para as vinte e cinco Freguesias. É isso que eu lamento, espero que o futuro e que as boas finanças que a Câmara Municipal e que o Partido Socialista sempre, tem aqui se congratulado que a Câmara Municipal tem conseguido. Esperamos que a bancada do Partido Socialista venha a terreno defender mais essas transferências porque efetivamente foi aqui demonstrado e fez parte da negociação, até dos preâmbulos do protocolo, que as Juntas e os presidentes de Junta têm uma capacidade de fazer muito mais com muito menos. Quer dizer que cada euro que se der a um presidente da Junta vale muito mais do que ao ser administrado por parte do poder municipal.» ----------

---

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Oh Senhor Presidente e até há euros que desaparecem completamente. Isto acontece de tudo nas autarquias locais, cada caso é um acaso e presunção e água benta cada um toma a que quer, isto é ver para crer, vamos esperar até ao fim. Mas deixe-me lhe dizer uma coisa, esta bancada nunca teve essa perspetiva dos presidentes de Junta, dos cantoneiros e dos fazendeiros, nunca teve. Esta bancada tanto elogia o trabalho do presidente da Junta de Lustosa, Nevogilde, Cristelos, Caíde, qualquer uma, independentemente de ele ter muito dinheiro na conta ou pouco. Sabe porquê? Porque nós valorizamos o trabalho do presidente da Junta mas dizem que nós os consideramos cantoneiros, se nós os considerássemos cantoneiros, este protocolo se calhar nunca tinha existido. Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa, há quem os considere cantoneiros ou dizem que nós os consideramos cantoneiros, o que eles não são certamente é contabilistas. Nesta votação que há pouco fizemos, vocês e bem não votaram contra, mas o vereador Dr. António de Sousa Meireles votou contra na reunião de Câmara, curiosamente. E nesta mesma questão votou contra, e o que é que ele diz, vou citar, "meus senhores chega-se ao ponto de exigir comprovativos da despesa realizada", mas os presidentes de Junta

são alguns contabilistas? Dêem-nos o dinheiro e a gente gasta. É de estranhar que uma pessoa que faz parte da coligação "Lousada Viva" que é vereador, em substituição mas é vereador, que deixou o saldo negativo que deixou, possa dizer uma afirmação destas. Isto deveria merecer no mínimo censura da vossa parte, censura pública de uma pessoa que se diz incapaz e que acha que nenhum presidente de Junta deve ter contabilidade organizada e deve justificar o dinheiro que sai. Essa censura é que eu gostava de ver o Dr. Filipe a vir aqui censurá-la, o meu caro colega Fausto. Gostava que censurassem a postura deste senhor, deste vosso eleito. Mas deixe-me lhe dizer mais, eu nunca acreditei em mudanças abruptas e tenho sempre a sensação de que quando as pessoas parecem mudar de um momento para o outro, normalmente há ali marosca, normalmente há ali algum interesse, normalmente há ali alguma falsidade. E a verdade é que, senhor presidente de Junta de Silvares e das outras, que não é, mas já sabemos disso, sinceramente, mais vale que este processo seja lento, seja gradual, as transferências vão sendo transmitidas, adquiridas, as Juntas vão ganhando competências, vão aprendendo porque precisam de aprender a trabalhar e a ter essas competências, em detrimento de as receber se calhar todas de uma vez, se calhar nem têm capacidade para isso. Portanto este é um processo e isso é o que esta bancada defende há muitos anos, é que o processo de descentralização… Isto não é brincadeira o que eu estou a tentar explicar é que esta descentralização não pode ser abrupta, tem de ser com calma, tem de ser passo a passo. E portanto acho que não precisamos de justificar mais e acho que não é necessário vir para aqui falar das posições do Partido Socialista que não correspondem à verdade.» ----------
---

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu queria em primeiro relevar o facto do senhor Dr. Filipe Barbosa vir aqui dizer que se enganou. Eu também, já me aconteceu uma vez e vim aqui pedir desculpa pelo engano. E quando eu lhe dizia dali que não era a primeira vez, não me referia ao senhor, referia-me à sua bancada. Aí já estamos muito habituados a enganos, uma vez por negligência outras com dolo, estamos muito habituados. Dr. Fausto o senhor manifestou aqui a sua concordância com o princípio em que se baseou a criação do fundo de apoio municipal, baseado no princípio da solidariedade. Da solidariedade das Câmaras que cumprem em relação às outras Câmaras que por uma má gestão se endividaram. O senhor concordará que esse mesmo princípio se passe por exemplo para as Freguesias? Não concorda, pois não. Concorda que as Freguesias criem um fundo em que elas contribuam para que outras que não cumprem recebam dessas Freguesias, concorda? É que é isso que

se passa em relação aos municípios, ao fundo municipal que foi criado, certo. Ainda bem que manifestou aqui o seu contentamento pela abertura de um período de negociação. Espero que exerça alguma influência aí sobre o senhor deputado da nação, para que também se comece a abrir um clima de negociação entre o Governo e as Câmaras.» ----------
---

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias Nogueira e Alvarenga: «Senhor Ferro, eu sou por natureza e por formação um homem virado para a solidariedade. E a solidariedade que eu falava também nas Freguesias estou disponível para assumir. E sabe porquê? Porque já o faço. Já o estou a fazer, se eu fosse tão rigoroso como o senhor pensa. O senhor é capaz de saber que o orçamento que eu recebia para a Junta de Freguesia de Silvares, nunca o poderia investir em Alvarenga ou em Nogueira, que neste momento estão a precisar de mais investimento. Isso é solidariedade. Isso é visão de estratégia de desenvolvimento. O desenvolvimento, já dizia João XXIII, é a nova palavra para a paz, é a nova palavra para a igualdade entre os povos e para que aqueles que têm menos possam subir ao mesmo nível daqueles que têm pouco. Foi isso, que eu fiz em Silvares, quando fui presidente da Junta, quando tínhamos uma realidade na Freguesia que estava subdesenvolvida e eu canalizei todo o meu esforço, todo o meu empenho em desenvolver uma realidade que precisava efetivamente de desenvolvimento, porque dar mais a quem já tem mais, isso não é política, isso não é gestão, isso não é desenvolvimento, não contem comigo. Comigo contem enquanto presidente de Junta para resolver problemas e quando preciso de tirar a quem tem mais, a quem tem por direito, fá-lo-ei, sem pejo nenhum. Isso é desenvolvimento, isso é estratégia, isso é que é a política que as pessoas efetivamente precisam. Por isso, relativamente a este protocolo e reforçando, eu espero que progressivamente, outros venham a surgir por parte da Câmara, inclusivamente pela descentralização de serviços, que já foi aqui dito pelo Filipe. Descentralização de serviços da Câmara Municipal para as Freguesias, por exemplo mais distantes, para servir as populações. Recordo-me de aqui ouvir dizer numa última Assembleia, relativamente, por exemplo à situação dos pagamentos dos subsídios escolares, é um exemplo. Mas descentralize os funcionários da Câmara para as Freguesias para que as populações em vez de virem á Câmara vão às Juntas de freguesia de mais proximidade. Isso é que é desenvolvimento, isso é que é um serviço às populações. Portanto serei sempre o defensor em tudo o que venha a beneficiar as populações e atribuir competências a quem as queira assumir, é claro, não se vai obrigar ninguém a querer

assumir competências. Os senhores presidentes de Junta assumirão aquelas que acharem que devem assumir em negociação efetiva com a Câmara. Portanto, acho que é esse o caminho e mais uma vez ressalvo este princípio e que eu tenho visto da parte do senhor presidente da Câmara.----------
---

----- Intervenção do Sr. Cristóvão Simão Ribeiro do Grupo Municipal "Lousada Viva" - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Se a tentação fácil é que envolvamos aqui numa discussão apaixonada sobre questões de solidariedade, sobre as questões de mérito de exequibilidade prática de fundos que existem por quem mais merece ou quem menos merece. Essa é efetivamente uma tentação fácil. Mas a questão primordial e primeira que aqui levantei há pouco, vai muito mais além do que a mera solidariedade institucional ou de coesão nacional, e se quiserem ou se preferirem de uma questão de coesão territorial. Aquilo que eu quero aqui ressalvar e alertar ao município de Lousada e tão-somente e não de menor e suma importância o seguinte: a título de cedência e de concessão de crédito aos municípios e Lousada também precisa de crédito e há de precisar, porque também se recorde que deve dezoito milhões de euros. Não é avaliado o risco, apenas e só com base na situação financeira do município em causa, mas numa lógica do todo, da situação e da parte autárquica do país. Ora se Lousada contribui para um fundo de ajuda municipal, se Lousada coloca dinheiro nesse fundo e refira - se da seguinte forma: em primeiro lugar, no primeiro ano, o governo colocará cem por cento dessa verba, irá reduzindo gradualmente até à verba limite de cinquenta por cento desse fundo e os outros cinquenta por cento serão comparticipados pelos municípios. Por um lado, os municípios incumpridores estarão sujeitos à sua própria troika municipal. E os municípios que merecem o reconhecimento por parte do governo irão ver esse dinheiro aplicado como se fosse uma aplicação a prazo bancária, cujos juros reverterão a favor da autarquia e não serão taxados, não serão tributados, e eu refiro. Mas antes disto tudo mesmo e quanto mais não fosse o tipo de solidariedade que os senhores pediram à Europa e pediram a todo o país quando deixaram Portugal de rastos, e nem sequer anúncio aqui este fator. Anuncio e alerto apenas para os risco no futuro, na obtenção de crédito e portanto na incapacidade de liquidez financeira para cumprir os objetivos da autarquia que poderá constituir a negação ou incumprimento deste acordo ou a incapacidade que Portugal tenha, que o poder local tenha de implementar este acordo, que no futuro se traduzirá num fundo de garantia, que se traduzirá em suma num acordo de estabilidade política a médio e longo prazo. É tão-somente isto que eu quero alertar sem demagogias e objetivamente.» ----------

---

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Há sempre esta tendência de comparar o que não é comparável, a nossa questão europeia, internacional de recorrer ao FMI. Já não vamos falar da velha teoria, o PS é que colocou o país de rastos, só o PS, para isso digam o nome Cavaco Silva e ficamos desde logo por aí, José Sócrates, António Guterres, já aqui disse, não tenho problema nenhum, Durão Barrosos, Santana Lopes foram os grandes responsáveis por tudo isto. Mas este tipo de recurso que nós temos, é muito atrativo para quem nos empresta dinheiro, ao contrário daquilo que os municípios fazem. Eu não tenho qualquer tipo de problema em não estar de acordo com este fundo de apoio municipal, porque os municípios não têm qualquer responsabilidade de contribuir, zero, não têm nada. Enquanto nós pedimos ajuda internacional e os outros países contribuíram, muito favoravelmente para todos nós, exigindo-nos determinadas políticas, despedimentos acima de tudo. E vemos que nada disso tem resultado, porque temos mais dívida, mais défice, mais desemprego. Isso começa desde logo por aí e não vemos só em Portugal, porque isto não é uma crise, não foi José Sócrates que colocou a Grécia no estado que está, a Itália, a Espanha, mas não vale a pena ir por aí. E relativamente a isto, o que nós vemos é que, se dissessem assim aos municípios, vocês vão contribuir mas tem ali uns juros de sete por cento ou oito, aí o pessoal já começava, se calhar, e logo e imediato, tal e qual aquilo que nós temos de pagar. Portanto aí já começava a mudar de figura, agora quando se começa, vocês dão e vão receber ali quase zero virgula zero, zero nada, é um problema. Mas acima de tudo e relativamente a este assunto e para terminar, não podia deixar de fazer este aparte, é de salutar este acordo de execução, este acordo entre todos. E nada, nem ninguém neste município tem qualquer limitação com a transparência, com a verdade, com a frontalidade de vir aqui cara a cara e colocar as suas dúvidas, acusações, na altura própria, no sítio certo e isso tem sido feito. Esta conversação que houve, franca e aberta entre todos os presidentes de Junta, reforço, entre todos os presidente de Junta, em prol das suas Freguesias, é completamente de salutar e parabenizar.» ----------

---

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O senhor Dr. Fausto com a sua habilidade retórica fez confusão do conceito de solidariedade que eu tinha falado. Aquilo que o senhor disse aqui, não tem nada a ver com o fundo de apoio municipal, não tem nada a ver, porque o fundo de apoio municipal obriga as Câmaras a retirar uma percentagem da verba a que tinham direito, para a atribuírem, a outras

Câmara que não cumpriram na sua gestão. Portanto, aplicando esse princípio às Freguesias, já que o senhor o defende, estaria disposto a que a Câmara lhe retirasse uma percentagem para, por exemplo, ajudar a Junta de Freguesia de Caíde. Era isso que o senhor pretendia? Pretende? Muito bem, se calhar é melhor elaborar uma proposta nesse sentido. Relativamente ao recuo do governo que propôs, primeiro que as Câmaras entrassem com setenta por cento deste fundo e o governo com trinta por cento. Ao mudar as percentagens, por pressão da Associação Nacional de Municípios, e não pela sua boa vontade, fez mais uma vez aquilo que já usa e abusa fazer que é, lançar um número alto para o público, para depois acabar por sair com uma lei com uma exigência menor, para dizer: nós até melhoramos, nós não impusemos nada, não impusemos cortes, não impusemos que as Câmaras contribuam com setenta por cento, nós passamos de setenta por cento para cinquenta. Essa tática já a conhecemos muito bem.» ----------
---

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Eu começaria pelo fim a responder aqui ao deputado Simão Ribeiro, embora isso não faça parte do ponto que estamos a discutir, mas relativamente ao fundo de apoio municipal, ou não percebi bem ou fiquei com a ideia que disse que nós devíamos dezoito milhões. Não, nós temos é uma capacidade de endividamento na ordem dos dezoito milhões. E naturalmente que isso é verdade, se nós recorremos ao crédito, as taxas que vamos conseguir junto dos bancos depende muito da estabilidade que existir a nível nacional e neste sector específico dos municípios. Isso nós sabemos e não é isso que está em causa e por isso é que é importante criar este fundo, para que haja esta estabilidade. A questão não é essa, a questão é uma questão de princípio, e o que eu acho e que acha a maioria dos meus colegas que teve o cuidado de ter uma gestão cautelosa, prudente e séria, é que esta correção que deve ser feita não pode ser à nossa custa. Infelizmente ninguém reconhece o mérito neste país e eu e seguramente quem me antecedeu aqui na Câmara não andamos à procura de louros mas o certo é que, se nós temos este desempenho, isso deveu-se a muita contenção também. E porventura os nossos munícipes poderiam ter ao seu dispor um conjunto significativo de investimentos, de infraestruturas e ainda não as têm porque de facto houve essa contenção. Portanto eu diria que isso é uma questão de princípio, o fundo é necessário, muito importante para todos, também nos vai beneficiar a nós indiretamente, um dia que seja necessário voltar a recorrer ao crédito. Mas quem falhou deve assumir a sua responsabilidade, e quem falhou foi o Estado e portanto este fundo devia ser constituído exclusivamente pelo Estado. Depois referenciou aqui os juros, os juros é

uma questão de menor importância, porque seguramente não vão ser taxas apelativas e por outro lado acredita que isto é reembolsável? Acredita que os municípios algum dia vão levantar este dinheiro? Admito porque é novo que ainda acredite mas desengane-se, desengane-se porque este dinheiro nunca vai voltar aos cofres municipais, nunca mais. Portanto eu julgo que se tivesse no seu lugar teria como principal prioridade defender os interesses do meu município e não defender de uma forma cega os interesses partidários porque claramente o partido não está a encarar este problema como ele deve ser encarado e está aqui a criar uma injustiça muito grande perante todos aqueles municípios deste país, que são muitos felizmente, que tiveram um desempenho em termos económico-financeiros sério e de responsabilidade. Depois relativamente à intervenção do Dr. Filipe Barbosas, voltou aqui a dizer que é por imposição da lei. Quem quiser tem documentação necessária, por exemplo no site da Associação Nacional de Municípios, tem lá muitos artigos descritos e onde está lá muito claro, por professores universitários de direito, que dizem claramente que a única obrigação que os municípios têm é de encetar o processo negocial, os municípios não têm obrigação de fazer os acordos. Porque volto a dizer, o acordo só existe se de facto houver uma conjugação de interesse e depois firmar por escrito esse acordo, e se assim não for, não há acordo. Portanto apesar da lei dizer que é uma delegação legal, ela só é eficaz mediante a celebração do acordo. Por isso não há dúvida nenhuma quanto a isso, este acordo é feito não por imposição legal mas porque há uma forte convicção por parte da Câmara e por parte dos senhores Presidentes de Junta de que este acordo e esta delegação de competências é importante para a nossa população. E como sabem para haver um bom acordo tem de ser bom para ambas as partes e portanto eu entendo que este acordo vai ser muito positivo para os nossos munícipes, porque acreditamos, conforme já foi repetidamente dito, que os senhores Presidentes da Junta por força da proximidade que têm, têm condições para resolver problemas com mais celeridade e por isso congratulo-me com o facto de termos conseguido chegar onde chegamos, seguramente que eu gostaria que as transferências fossem de outra ordem, todos nós gostaríamos. E fica-lhe bem, vir aqui defender, se calhar, se eu estivesse no seu lugar faria o mesmo, é legítimo, não estou a censurá-lo por isto, é normal que peça mais. Agora temos de ter noção da nossa realidade e também era importante que nós, para ficarmos mais esclarecidos, saber exatamente o que se passa à nossa volta. E alguém disse, no início que era importante, por exemplo, fazer um estudo comparativo dos municípios aqui a volta, eu por acaso tive esse cuidado de fazer e vou-lhe dar alguns

exemplos aqui do Vale do Sousa: Paços de Ferreira, transfere zero para as Juntas de Freguesias e sabem todos porquê, porque está numa situação económico-financeira muito complicada; Felgueiras, transfere quinhentos e cinquenta mil euros, as Freguesias de Felgueiras têm um fundo de financiamento de novecentos e setenta e dois mil euros, ou seja Felgueiras transfere cinquenta e sete por cento daquilo que é a receita das Freguesias daquele concelho em termos de Fundo de Financiamento das Freguesias; Paredes, não tenho números exatos, mas pelos indicadores que tenho será na ordem dos quinhentos mil, tem um fundo de financiamento na ordem de um milhão e cem, o que corresponde quarenta e cinco por cento; Penafiel, é o que julgo eu o que tem mais, faz uma transferência de novecentos e vinte e dois mil euros e as Freguesias recebem um milhão duzentos e setenta e seis, o que corresponde a setenta e dois por cento; Castelo de Paiva não tenho os dados, também não achei importante; Lousada só com este protocolo são setenta e três por cento. Mas aqueles valores que eu referenciei incluem tudo, inclusivamente o parque escolar, se nós juntarmos aqui o parque escolar que são mais cinquenta e quatro mil euros, estamos a falar de oitenta por cento, ou seja é o município no Vale do Sousa que faz mais transferências em termos percentuais, tendo por comparação a receita que cada uma das freguesias nos seus concelhos tem do Fundo de Financiamento das Freguesias, que foi aquele critério que decidimos adotar para a distribuição. É o concelho aqui do Vale do Sousa que mais transferências faz, não estou a dizer que é muito, não é isso, estou a dizer que temos de perceber a nossa realidade e ajuda sempre olhar para a nossa volta. Portanto para dizer que no fundo nós fizemos aqui um grande esforço para afetar aqui uma parte substancial do nosso orçamento para este efeito. E por isso tenho apenas que agradecer a todos os senhores Presidentes de Junta que tiveram também uma postura de grande verticalidade durante o processo negocial. E portanto dizer que qualquer prova de atletismo, festival, etc… que gastamos mais dinheiro do que com as Juntas de Freguesias, isso é pura demagogia, sabe que isso não é verdade. Seguramente que estamos disponíveis para eventualmente estudar outras situações, mas é necessário que de facto haja um ganho em termos de eficácia e de eficiência, que as Junta de Freguesias tenham essa capacidade, para no fundo, executar essa delegação de competência, sem que haja com isso um aumento da despesa, até porque se assim fosse a própria lei proibia essa delegação de competências. E em resumo diria que o senhor presidente da Junta da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, não tem de se sentir derrotado porque eu também não me sinto vencedor, eu acho que saímos todos a vencer deste processo e por isso

congratulo-me pelo esforço conjunto que foi feito.» ----------
---

----- De seguida foi posta à votação a proposta número três do seguinte teor: "A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização para celebrar acordos de execução relativos à delegação de competências da Câmara Municipal de Lousada nas Juntas de Freguesia do concelho, para proceder a obras de melhoramento na rede viária e espaços públicos, conforme a alínea k) do nº1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como a autorização prévia da repartição de encargos financeiros pelos anos de 2014 (2º semestre), no valor de 273.217.41€ (duzentos e setenta e três mil, duzentos e dezassete euros e quarenta e um cêntimo) e pelos anos de 2015, 2016 e 2017 546.434.83€ (quinhentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e trinta e quatro euros e oitenta e três cêntimos), sendo 10.928,70 (dez mil, novecentos e vinte e oito euros e setenta cêntimos) o valor máximo a atribuir a partir de 2015 para sinalização de perigo (sem prejuízo da sua transferência para anos subsequentes, caso não tenha sido utilizado na sua totalidade) em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012" ----------
---

----- A proposta número três foi aprovada por trinta e cinco votos a favor e uma abstenção do seguinte membro: Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira ----------
---

----- Eram zero horas e vinte e dois minutos quando se ausentou definitivamente o seguinte membro: José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais ----------
---

----- QUINTO PONTO: Associação de Municípios do Vale do Sousa - Alteração do critério de imputação da dívida total; ----------
---

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número quatro do seguinte teor: "A Associação de Municípios do Vale do Sousa propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da alteração do critério de imputação do montante da dívida total da VALSOUSA, passando a vigorar o citério diferenciado correspondente às responsabilidades de cada município, no final de cada trimestre, segundo valores a apurar pela contabilidade, conforme estabelece a alínea b) do nº 1 do art.º 54º da Lei nº 73/2013 de 03 de setembro. ----------

---

----- A proposta número quatro foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. ----------

---

----- SEXTO PONTO - Assunção de compromissos plurianuais - Aquisição de serviços para transporte de crianças/jovens com NEE - Necessidades Educativas Especiais ----------

---

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número cinco do seguinte teor: "A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização prévia da repartição de encargos financeiros por dois anos económicos, de acordo com os seguintes valores: dois mil e catorze – 20.560,68 (vinte mil, quinhentos e sessenta euros e sessenta e oito cêntimos); dois mil e quinze – 35.491,65 (trinta e cinco mil quatrocentos e noventa e um euros e sessenta e cinco cêntimos), valores acrescidos de IVA, referente à aquisição de serviços para transporte de crianças/jovens com N.E.E. – ano letivo 2014/2015, em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.ª da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012" ----------

---

----- A proposta número cinco foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. ----------

---

----- SÉTIMO PONTO - Assunção de compromissos plurianuais – Acordo de licenciamento Microsoft Enterprise Agreement (EA) ----------

---

------ Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número seis do seguinte teor: "A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização prévia da repartição de encargos financeiros por três anos económicos, de acordo com os seguintes valores: dois mil e catorze – 20.497,06 (vinte mil, quatrocentos e noventa e sete euros e seis cêntimos); dois mil e quinze – 26.751,47 (vinte e seis mil setecentos e cinquenta e um euros e quarenta e sete cêntimos), dois mil e dezasseis – 26.751,47 (vinte e seis mil setecentos e cinquenta e um euros e quarenta e sete cêntimos), valores acrescidos de IVA, referente ao ajuste direto do acordo de licenciamento Microsoft Enterprise Agreement (EA), em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.ª da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012" ----------

---

----- A proposta número seis foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. ----------

---

---------- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO ----------

----- Não houve intervenção do publico ----------

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica apensa a esta ata e que foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos.

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão); António Carlos da Cunha Pacheco e Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro.----------

---

--------- Eram zero horas e trinta e sete minutos quando foi dada por encerrada a sessão. ----------

A MESA

_____

_____

_____